

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

# O crescimento chinês e seus efeitos sobre a indústria brasileira

---

Análise da penetração de importações no mercado interno e da concorrência no mercado argentino

**Lívia Yumi Teraoka**

Campinas

2012

**Livia Yumi Teraoka**

**O crescimento chinês e seus efeitos sobre a indústria brasileira: análise da penetração de importações no mercado interno e da concorrência no mercado argentino.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Graduação do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Prof. Dr. Célio Hiratuka

Campinas

2012

Campinas

2012

TERAOKA, Livia Yumi. **O crescimento chinês e seus efeitos sobre a indústria brasileira: análise da penetração de importações no mercado interno e da concorrência no mercado argentino.** 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

## **RESUMO**

O expressivo crescimento chinês nas últimas décadas, fruto das políticas econômicas que tinham por objetivo elevar a condição da China a “país potência”, trouxe significativas mudanças para a economia do país, bem como alterou o cenário econômico internacional.

A transformação da China em um país produtor e exportador de produtos manufaturados fez surgir novos desafios para os países industrializados, principalmente para as economias emergentes, como o Brasil, que viram crescer a competitividade dos produtos chineses com seus próprios, tanto dentro do mercado doméstico como no comércio internacional.

Assim, este trabalho tem por objetivo estudar a consequência do crescimento chinês das últimas décadas e seu impacto na competitividade de seus produtos em relação aos produtos brasileiros, dentro do mercado interno e no mercado argentino, nosso principal parceiro comercial e o principal destino de nossas exportações de manufaturados.

Para tanto, buscou-se construir indicadores que pudessem evidenciar os efeitos e tendências do aumento da ameaça chinesa. As análises da concorrência dentro do mercado interno basearam-se em coeficientes de penetração das importações, enquanto que para o mercado argentino, em indicadores de market-share.

Palavras-chave: Brasil, China, competitividade.

## **ABSTRACT**

The significant growth in China in recent decades, as a result of economic policies that aimed to elevate the status of China as a world leader, brought significant changes to the country's economy as well as changed the international economic scenario.

The transformation of China into a country focused on producing and exporting manufactured goods has raised new challenges for industrialized countries, especially in emerging economies such as Brazil, which saw an increase in competitiveness of Chinese products with their own, both within the domestic market as in international trade.

This work aims to study the consequence of Chinese growth in recent decades and its impact on the competitiveness of their products against Brazilian products within the domestic market and in the Argentine market, Brazil's largest trading partner and the main destination of its manufactured exports.

Therefore, we sought to construct indicators that could reveal the effects and trends of the increasing Chinese threat. The analyses of competition within the domestic market were based on coefficients of import penetration, while for the Argentine market, the analyses were based on indicators of market share.

Key-words: Brazil, China, competitiveness

## Lista de figuras

Figura 1: PIB chinês – valor constante (base: US\$ de 2000).....	01
Figura 2: Participação das exportações e importações chinesas no total mundial.....	02
Figura 3: Atração de Investimento Direto Externo na China – total e participação (%) no total mundial.....	08
Figura 4: Comércio externo brasileiro (em US\$ bilhões).....	18
Figura 5: Grau de abertura do Brasil em relação à China: 2001-2010.....	19
Figura 6: Evolução das exportações, do valor bruto de produção, das importações, e do consumo aparente: 1997-2010 (bilhões de USD).....	28
Figura 7: Evolução dos coeficientes de exportação e de penetração das importações: 2001-2010.....	29
Figura 8: Coeficiente de exportações por intensidade tecnológica: 2001-2010.....	31
Figura 9: Coeficiente de penetração das importações por intensidade tecnológica: 2001-2010.....	33
Figura 10: Evolução do coeficiente de penetração das importações chinesas totais no Brasil: 2001-2010.....	35
Figura 11: Principais destinos das exportações brasileiras.....	41
Figura 12: Participação de Brasil e China no total de importações da Argentina.....	43

## Lista de tabelas

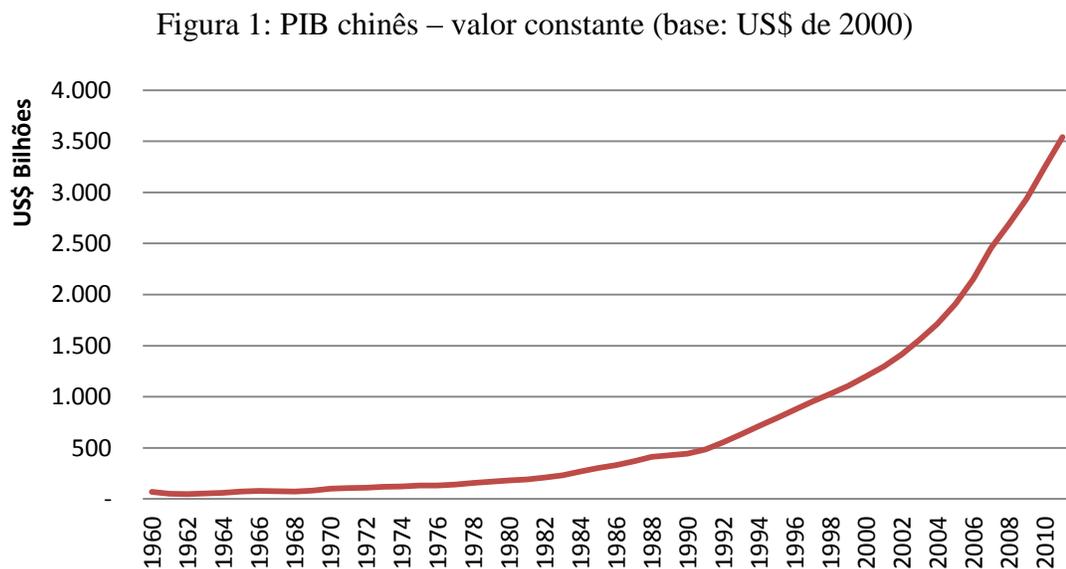
Tabela 1: Classificação dos setores por intensidade tecnológica.....	24
Tabela 2: Participação das importações chinesas no consumo aparente brasileiro (em porcentagem).....	36
Tabela 3: Coeficiente de penetração das importações chinesas para produtos de alta intensidade tecnológica (em porcentagem).....	37
Tabela 4: Coeficiente de penetração das importações chinesas para produtos de média intensidade tecnológica (em porcentagem).....	38
Tabela 5: Coeficiente de penetração das importações chinesas para produtos de baixa intensidade tecnológica (em porcentagem).....	39
Tabela 6: Principais produtos exportados pelo Brasil para a Argentina - participação (%) no total exportado pelo Brasil – 2010.....	42
Tabela 7: Market-share dos principais produtos manufaturados brasileiros no total das importações argentinas de cada respectiva categoria de produto (%).....	49
Tabela 8: Market-share dos principais produtos manufaturados chineses no total das importações argentinas de cada respectiva categoria de produto (%).....	50
Tabela 9: Variação do market-share do Brasil e China para os períodos 2001-2005 e 2005-2010 .....	53

## Sumário

Introdução.....	01
Capítulo 1 - O crescimento e desenvolvimento chinês.....	05
1.1 O padrão de inserção internacional chinesa e o comércio Brasil-China.....	10
Capítulo 2 - Competitividade entre a indústria brasileira e chinesa no mercado brasileiro: uma análise do coeficiente de penetração de importações.....	17
2.1. Metodologia.....	21
2.2. Análise da produtividade, das exportações e importações do Brasil: 2001-2010.....	25
2.3. Análise da produtividade, das exportações e importações do Brasil por intensidade tecnológica: 2001-2010.....	30
2.4. Análise da concorrência entre Brasil e China no mercado interno.....	33
Capítulo 3 - A concorrência entre Brasil e China no mercado argentino: uma análise do market-share.....	40
3.1. Metodologia.....	45
3.2. Concorrência Brasil-China no mercado argentino: análises de indicadores de market-share.....	48
Capítulo 4 – Conclusão.....	56
Anexo A.....	59
Anexo B.....	59
Bibliografia.....	60

## Introdução

A China vem apresentando taxas de crescimentos surpreendentes desde que iniciou um processo de abertura econômica em 1979. A constituição de uma economia de mercado dentro do regime socialista, motivo pelo qual tal processo ficou conhecido como “socialismo de mercado”, tinha por objetivo reconstruir a “China potência” através da promoção do crescimento e desenvolvimento econômico e social do país.



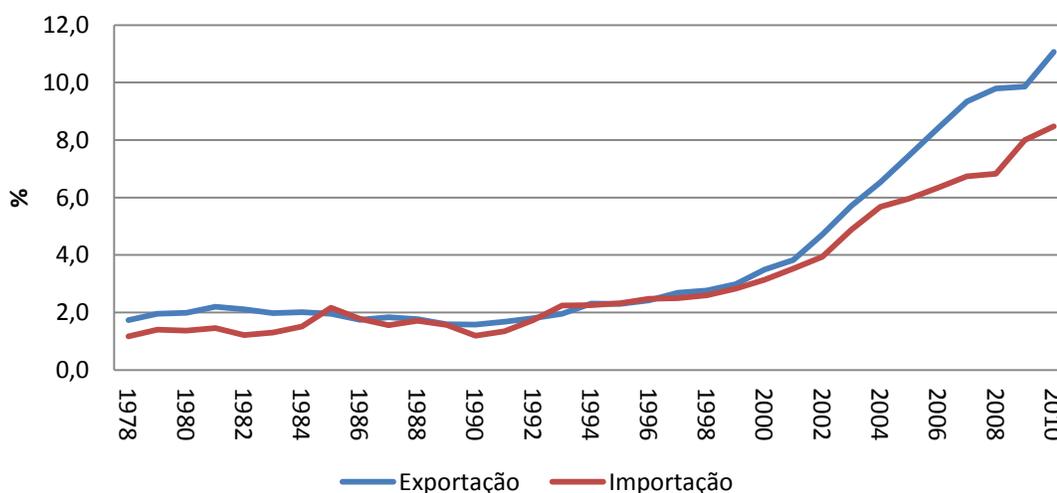
Fonte: Elaboração própria a partir de Banco Mundial.

A estratégia chinesa de crescimento envolveu, sobretudo, a adoção de políticas de maior inserção no mercado internacional, através, principalmente, da criação de áreas para atração de investimento direto externo, as denominadas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). As empresas multinacionais que ali se instalavam recebiam benefícios fiscais, tais como isenção de impostos sobre importação de matérias-primas que fossem utilizadas na produção de produtos destinados ao mercado externo. Objetivava-se, assim, captar capital e tecnologia

estrangeira que permitissem aumentar a produção nacional através do comércio externo e promover, assim, a modernização do país.

Tais medidas impulsionaram o comércio externo chinês, consolidando essas áreas especiais como o elo da relação deste mercado com o mundo. Isso fez com que aumentasse muito a participação da China no comércio mundial.

Figura 2: Participação das exportações e importações chinesas no total mundial



Fonte: Elaboração própria a partir de Banco Mundial.

No entanto, é após sua entrada na OMC, em 2001, que sua participação aumenta de forma ainda mais expressiva, tornando-se um importante player no cenário econômico global. Entre a data de sua adesão e o ano de 2010, o market-share de suas exportações aumentou de 3,5 para 11,1%, um acréscimo de 7,6 p.p.. Segundo, ainda, estudo da UNIDO (2011),

“Its exports grew an average of 14.6 percent a year over 1992–2001 and 27.9 percent over 2002–2008, after it joined the World Trade Organization. (...) China has (...) becoming the global leader in manufactured exports in 2008, with exports of \$1,370 billion and a world market share of 11.3 percent. It is also the top exporter to the European Union, the United States and Japan. Increasingly, China is exporting medium- and high-technology manufactured products; their share rose from 28.4 percent in 1992 to 45.5 percent in 2000 and 59.8 percent in 2009” (UNIDO, p. 156).

Sua produção e exportação concentram-se, sobretudo, nos produtos manufaturados, motivo pelo qual o país é, atualmente, um importante concorrente de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Não por menos, “a competição Brasil-China apresenta reduzida importância na esfera de produtos básicos. De fato, a competição mais acirrada verifica-se no comércio de produtos manufaturados e semimanufaturados” (MACHADO e FERRAZ, 2006, p. 106). No caso do Brasil, a ameaça chinesa é crescente não apenas dentro do mercado nacional como também em mercados onde o país configura-se como tradicional exportador de produtos industrializados, como o mercado argentino.

Sendo assim, dado o expressivo crescimento chinês e seus efeitos sobre a economia mundial, faz-se necessário analisar o impacto que tal fenômeno exerce sobre a indústria e a economia nacional. Identificar o grau e o tipo de concorrência entre ambos os países ganha importância na medida em que podemos, assim, conhecer que setores são mais afetados pela competitividade dos produtos chineses e o motivo pelo qual isso ocorre, possibilitando a tomada de medidas visando reverter esse quadro.

Esse trabalho tem por objetivo estudar a consequência do crescimento chinês das últimas décadas em seu impacto na competitividade de seus produtos em relação aos produtos brasileiros, dentro do mercado interno, bem como no mercado argentino.

Para tanto, este estudo estrutura-se da seguinte forma: 1) traz, no capítulo 1, uma resenha do processo de desenvolvimento chinês, seus objetivos, suas estratégias e consequências, tal como o padrão de inserção da China no comércio mundial e as relações comerciais com os países em desenvolvimento que se configura a partir disso; 2) apresenta, no capítulo seguinte, o grau de abertura da economia brasileira e de competitividade da indústria nacional frente aos importados chineses dentro do mercado interno, para o período de 2001 a 2010; 3) faz, no terceiro capítulo, uma análise da concorrência dos nossos produtos com os chineses para o mesmo período acordado na sessão anterior, com o intuito de avaliar se estamos perdendo espaço (market share) dentro do mercado argentino, o principal mercado de destino de nossos produtos industrializados; 3) e, por fim, a conclusão retoma os principais argumentos, de forma a apontar as principais tendências resultantes desse processo de crescimento da economia chinesa e aumento da competitividade de seus produtos, o que

estaria levando ao acirramento da concorrência e perda de mercado dos bens brasileiros, como apontam diversos estudos<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Como demonstram os trabalhos de Sarti e Hiratuka (2007) e Machado e Ferraz (2006).

## Capítulo 1 – O crescimento e desenvolvimento chinês

A China, até início do século 19, era vista como um país avançado tecnológica e economicamente, cujo “grau de desenvolvimento tecnológico e econômico (...) rivalizava, senão superava, o experimentado no Ocidente” (Cunha e Acioly, 2009). No entanto, a Revolução Industrial e a consolidação de um novo sistema de produção proporcionaram o desenvolvimento das forças produtivas capazes de alavancar o crescimento dos países ocidentais aquém daquele observado no Oriente. O conseqüente enfraquecimento econômico e militar do país frente às novas potências ocidentais levou à conquista do mesmo ainda no século 19, transformando o país em uma semi-colônia, dividida em áreas de influência das nações dominantes, a saber, Inglaterra, Estados Unidos, França, Rússia e Japão.

A Revolução burguesa e democrática de 1911 põe fim ao Império e instaura o regime republicano na China, mas não consegue reverter o quadro de decadência econômica e social do país. Inverte-se, assim, “a percepção ocidental sobre a China: de civilização misteriosa, avançada e próspera, para um país cronicamente inviável, cuja população seria material e culturalmente inferior” (SPENCE, 1999; POMERANZ, 2000; HUTTON, 2007; FAIRBANK e GOLDMAN, 2008 apud CUNHA e ACIOLY, 2009)<sup>2</sup>.

Em meio ao cenário de extrema pobreza e atraso tecnológico e econômico em que o país se encontrava começaram a florescer ideias para reverter tal situação. É nesse sentido que em 1949 o PCC, sob o comando de Mao Tze Tung, assume o poder na China com o objetivo de restaurar o poderio chinês, alavancando seu desenvolvimento.

A estratégia que se seguiu, de planejamento central, parecia, de certa forma, divergir do padrão de acumulação observado nos países desenvolvidos. No entanto, tal estratégia conformava mais um “modelo para superar o atraso através de uma industrialização planejada” (Hobsbawn, p.202) do que uma adesão ao ideal comunista/socialista de Marx e Lenin, uma vez que este constituía apenas um meio para se alcançar a modernização, o

---

<sup>2</sup> Para Hobsbawn, “a inferioridade cultural da China, que se tornou demasiado evidente no século XIX, não se deveu a alguma incapacidade técnica ou educacional, mas ao próprio senso de autossuficiência e autoconfiança da civilização chinesa tradicional. Isso a fez relutar em fazer o que fizeram os japoneses após a Restauração Meiji, em 1868: mergulhar na “modernização”, adotando no atacado modelos europeus. Isso só poderia ser feito e só o seria sobre as ruínas do antigo império chinês, guardião da antiga civilização, e pela revolução social, que foi ao mesmo tempo uma revolução cultural contra o sistema confuciano” (“A Era dos Extremos”, pp. 448 e 449).

progresso observado no ocidente. Conforme afirma Hobsbawm em “A Era dos Extremos”, o que se observava era:

“tentativas das elites das sociedades não burguesas de imitar o modelo em que o Ocidente foi pioneiro, visto como o de sociedades que geram progresso, e a forma de poder e cultura da riqueza, com o “desenvolvimento” técnico-científico, numa variante capitalista ou socialista. Não havia outro modelo operacional além da “ocidentalização” ou “modernização”, ou o que se queira chamá-lo” (Hobsbawm, p.199)

Uma vez que,

“Onde não se deram ao trabalho de ocupar e dominar, os países do Ocidente estabeleceram uma superioridade ainda mais incontestável com seu sistema econômico e social, sua organização e tecnologia. O capitalismo e a sociedade burguesa transformaram e dominaram o mundo, ofereceram o modelo – até 1917 o único modelo – para os que não queriam ser devorados ou deixados para trás pela máquina mortífera da história [...] A história do século XX do mundo não ocidental, ou mais exatamente não norte-ocidental, é portanto determinada por suas relações com os países que se estabeleceram no século XIX como os senhores da espécie humana” (Hobsbawm, p.198 e 199).

Nesse sentido, apesar de ter adotado uma estratégia de planejamento central, diferente, na essência e na forma, da adesão pura e simples ao sistema capitalista, não se pode deixar de notar a busca constante pela tecnologia, mesmo que o sistema econômico e social, bem como sua forma de organização, divergissem do último.

Assim, talvez não seja coerente falar em “modernização” na China, no sentido atribuído por Furtado à palavra, uma vez que este processo não significou apenas uma internalização dos padrões de consumo do centro e uma adesão à ordem vigente, mas sim, a busca por uma reestruturação econômica, política e social que levassem a nação a atingir um mesmo nível de modernidade dos países desenvolvidos, ou seja, a alcançar a mesma base técnica e produtiva desses, mesmo que por vias diferentes.

Entretanto, em 1960 o plano posto em prática, de coletivização forçada, revelou-se um fracasso. Segundo Sampaio Jr.,

“O fraco desempenho da produção agrícola, a permanente escassez de bens de consumo, a persistência de um grande contingente da população vivendo na pobreza, a exacerbação das tensões entre campo e cidade explicitava a necessidade de se aumentar significativamente o excedente social e de se elevar a capacidade de geração de divisas. O impasse econômico em que se encontrava a revolução punha na ordem do dia a necessidade de uma profunda redefinição das bases técnicas e econômicas do padrão de acumulação” (Sampaio Jr.).

É nesse contexto que Deng Xiaoping assume o poder em 1978. Com o intuito de reverter o quadro de atraso socioeconômico chinês e tornar o país uma potência novamente,

inicia um processo de integração com o capital privado internacional através de abertura econômica e atração de investimento direto externo. O objetivo, por trás dessa medida, era utilizar tal aliança para obter acesso às tecnologias mais avançadas e promover o crescimento da nação.

O “socialismo de mercado”, como ficou conhecido a estratégia de modernização chinesa, não era, de fato, apenas um alinhamento de política com o ideal liberal, mas sim um meio para estabelecer, no futuro, um Estado socialista.

É interessante ressaltar, no entanto, que tal estratégia foi facilitada pelo cenário internacional das décadas de 1980 e 1990. O contexto da Guerra Fria permitiu uma aproximação da China com os países ocidentais, rompendo o isolamento comercial. Não obstante, o avanço dos países mais industrializados da Ásia para atividades de conteúdo tecnológico mais avançado, bem como o fechamento do mercado americano para os produtos japoneses após a valorização do dólar, provocaram um redirecionamento dos fluxos de IDE no leste asiático, configurando uma nova divisão regional do trabalho, na qual os países menos desenvolvidos da região puderam se inserir ocupando o espaço aberto pelo Japão e demais Tigres. Mais especificamente no caso japonês, tais fatos acabaram por envolver os demais países no fluxo de comércio Japão-EUA na formação de uma rede de produção no qual o Japão exercia o papel de exportador de tecnologia e bens de capital e os demais países, de montadores e plataformas de exportação para o mercado americano, dentro do que Medeiros definiu como o paradigma dos Gansos Voadores. Soma-se a isso o cenário de concorrência oligopolista na década de 1990, na qual as grandes corporações buscaram ampliar seus ganhos beneficiando-se da quantidade de mão-de-obra e o grande mercado interno chinês. A China pode, assim, continuar atraindo capitais e ampliar sua presença na economia mundial, conseguindo, dessa forma, negociar melhores condições de entrada (do ponto de vista chinês) para essas empresas, as quais permitissem atingir seus objetivos iniciais.

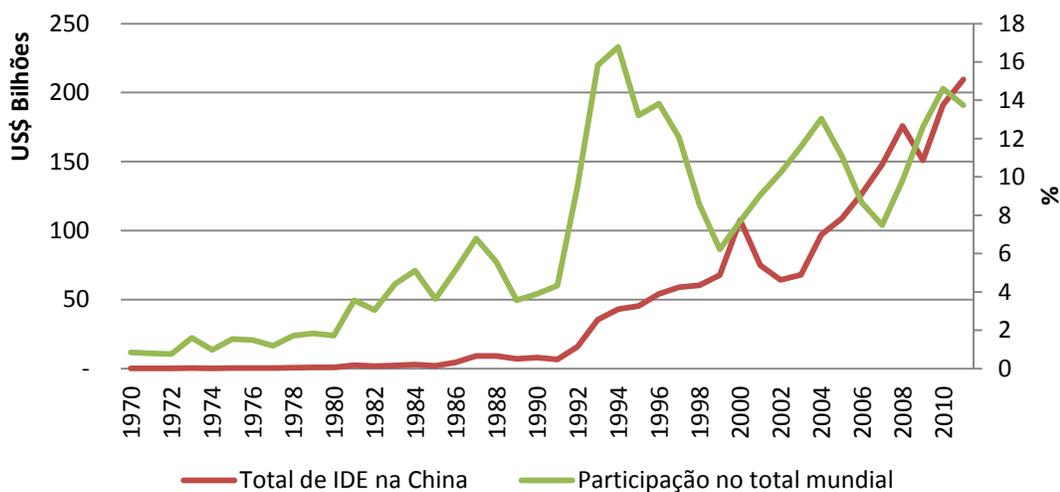
Assim, segundo Sampaio Jr,

“A decisão da RPC de recorrer ao capital internacional para impulsionar o desenvolvimento nacional consubstanciou-se na adoção de uma política pragmática de investimentos diretos e de endividamento externo. De um lado, o espaço de atuação das empresas transnacionais e dos credores externos deveria restringir-se àquele que fosse estritamente necessário para potencializar a assimilação de tecnologias que não poderiam ser absorvidas na velocidade desejada sem o recurso à participação do capital estrangeiro

seja pelos limites da capacidade de importação, seja pela debilidade da estrutura empresarial e financeira interna, ou ainda pura e simplesmente pela sua indisponibilidade no mercado internacional. De outro lado, a participação do capital internacional deveria ser planejada levando em consideração basicamente três objetivos estratégicos: reduzir paulatinamente a dependência financeira e tecnológica do país em relação ao exterior; limitar a transferência de recursos para o exterior com o pagamento de remessas de lucros e royalties e com o serviço da dívida externo a um montante que não compromettesse o equilíbrio de longo prazo do balanço de pagamentos; e minimizar o impacto da presença do capital internacional sobre os rumos da política econômica” (Sampaio Jr.)

Nesse sentido, foram criadas áreas com uma política econômica específica que permitiam a adoção de um regime comercial diferenciado do restante do país e atração de investimento direto externo, com o objetivo de promover o desenvolvimento sócio-econômico e puxar o crescimento da nação principalmente através da produção de produtos voltados a exportação. As Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) foram caracterizadas, assim, pelos diversos tipos de incentivos fiscais concedidos às empresas transnacionais que ali se instalassem, tais como a redução e/ou eliminação dos impostos sobre insumos importados para a produção de produtos voltados a exportação, isenção de impostos sobre produtos exportados e a livre remessa de lucros e dividendos para o exterior desde que exportassem de 10 a 20% da produção.

Figura 3: Atração de Investimento Direto Externo na China\* – total e participação (%) no total mundial.



Fonte: Elaboração própria a partir de UNCTAD.

\*China inclui também: Hong Kong, Taiwan e Macao.

A figura acima destaca o crescimento dos investimentos diretos externos que afluíram para a China a partir da década de 1980. Em termos absolutos, o IDE saiu de um patamar de US\$ 775 milhões em 1979 para alcançar, em 2010, o valor de US\$ 210 bilhões, um aumento de 27.000%. Em termos relativos, sua participação do total mundial passou de 1,8% para 13,7% no mesmo período, atingindo o mesmo nível de atração dos EUA, que neste último ano, atraiu o equivalente a 14,8% do IDE do mundo.

É importante ressaltar que apesar da abertura comercial chinesa e sua inserção no comércio internacional através das zonas especiais, as empresas transnacionais sempre estiveram sob o explícito controle do governo chinês através da definição das condições de entrada e atuação das mesmas, como na definição e orientação das indústrias e tecnologias que seriam internalizadas e dos produtos a serem comercializados. Essas políticas econômicas sempre estiveram aliadas ao claro objetivo de estimular “a ampliação da capacidade produtiva na agricultura, transporte, construção civil relacionada com produção de energia, matérias primas, bens de consumo semi-acabados, alta tecnologia (circuitos integrados e semicondutores), proteção do meio ambiente e projetos de desenvolvimento nas regiões centrais e oeste da China” (Sampaio Jr.), sem, contudo, adotar medidas que permitissem que a entrada dessas empresas levasse a desnacionalização de sua economia, como a proibição na compra de terras e na atuação na área de telecomunicações, exploração de riqueza bioenergética e serviços de saneamento básico. Não obstante, procurou “proteger o mercado interno da concorrência de produtos importados sempre que isso fosse possibilitado pela presença de similares nacionais e a exigir uma efetiva transferência de tecnologia por parte das empresas estrangeiras” (Sampaio Jr.).

Assim, se a criação das ZEEs se encaixa dentro do contexto de externalização da produção japonesa, a inserção chinesa não deixou de ser orientada e sempre buscou desenvolver sua economia, internalizando somente aquelas indústrias que lhe interessava tecnologicamente. Evitou, assim, transformar-se simplesmente numa produtora de produtos manufaturados de baixo valor agregado, a exemplo de alguns de seus vizinhos.

É necessário destacar, ainda, que a capacidade da China em atrair investimentos externos não se resume na criação das ZEEs e nas políticas econômicas ali adotadas. O baixo custo da mão de obra, bem como a manutenção do Yuan desvalorizado, constitui um grande atrativo ao capital estrangeiro por proporcionar elevada lucratividade em suas atividades

relacionadas à exportação. Não obstante, o gigantesco mercado interno chinês e seu real poder de crescimento são suficientes para atrair investimentos de qualquer empresa que busque novas oportunidades e chances de crescimento.

Além disso, a China valeu-se de sua entrada na OMC em 2001 para aumentar de forma expressiva sua participação no comércio internacional – como bem ilustrado na introdução desse trabalho, a participação das exportações chinesas tem um crescimento de 7,6 p.p. entre 2001 e 2010, alcançando o patamar de US\$ 1,5 trilhão exportado nesse último ano. Entretanto, tal adesão não mudou o objetivo final do governo, mas sim, veio a reforçar o meio para concretizar o mesmo.

Assim, Sampaio Jr, afirma que

“Em suma, ao subordinar o modo de participar na economia mundial aos objetivos nacionais e ao submeter a vida econômica do país às diretrizes estabelecidas pelo planejamento central, a China revela uma inequívoca intenção de colocar o desenvolvimento nacional à serviço da sociedade nacional. Considerada como um simples meio de potencializar o desenvolvimento das forças produtivas, a incorporação da tecnologia estrangeira deveria subordinar-se às prioridades internas e não o inverso”.

(Sampaio Jr.).

## **1.1 O padrão de inserção internacional chinesa e o comércio Brasil-China**

A luz do desenvolvimento chinês nos últimos 70 anos, mas mais precisamente da evolução do comércio internacional nos últimos 30 anos, faz-se necessário resenhar o padrão de inserção do país no cenário externo, ou seja, a qualidade da pauta de exportação e importação do mesmo, principalmente em relação aos países em desenvolvimento, como o Brasil.

Mas para entender um pouco a natureza de tal comércio, é preciso compreender o papel da China dentro da regionalização asiática e sua inserção dentro da nova divisão internacional do trabalho, que se dá dentro do contexto da internacionalização produtiva e da reorganização das empresas transnacionais.

No entanto, para entender esse processo, é necessário retroceder alguns anos mais na história, até o pós Segunda Guerra Mundial, quando a ameaça da área de influência norte-

americana pela União Soviética fez com que o primeiro adotasse políticas de recuperação da Europa e da Ásia, mais notadamente do Japão, com o intuito de conter o avanço do comunismo.

No caso do Japão, o plano de reconstrução (Plano Dodge) renovou a base produtiva do país, tornando-a forte e competitiva, comparativamente à indústria norte-americana, que continuou a mesma de antes da II Guerra Mundial, o que ajudou a reduzir o “gap de produtividade com a economia líder em vários setores” (Sarti e Hiratuka, 2010, p.4). Além disso, atuaram ainda nesse sentido a liberalização das importações de produtos japoneses no país americano, bem como a tolerância dos Estados Unidos às políticas de proteção do mercado interno japonês e subsídio praticado pelo Japão em relação às suas exportações.

Todo esse processo levou à economia americana a crescentes déficits comerciais. Os EUA fecharam, assim, seu mercado aos produtos japoneses, numa tentativa de proteger seu mercado interno e tornar novamente positiva o saldo de sua balança comercial.

É dentro desse contexto que ocorre a internacionalização japonesa para os demais países asiáticos: com seus produtos bloqueados pelos EUA, o Japão vê-se forçado a mover sua base produtiva para seus vizinhos, de forma a continuar a exportar para o país norte-americano através de um intermediário.

Assim, a constituição de um padrão de regionalização asiático insere a China no comércio internacional como plataforma de exportação de produtos japoneses para os EUA. Esta se transforma, em um primeiro momento, numa receptora de IDE, matérias-primas e de máquinas e equipamentos dos países mais desenvolvidos da região e com estrutura produtiva mais complexa, mais notadamente o Japão, para a produção e exportação de produtos manufaturados de menor intensidade tecnológica e baixo valor agregado para o resto do globo, mais especificamente, para a os EUA.

É preciso notar, entretanto, que tal fenômeno não teria se concretizado não fossem as políticas de desenvolvimento econômico de atração do capital externo e desenvolvimento de suas forças produtivas adotadas pela China. De fato, não fosse a complementaridade de tais

processos, talvez o país não ocupasse a posição que ocupa hoje dentro da Ásia, bem como no cenário internacional.

Além disso, a inserção da China dentro do cenário internacional também está contida dentro do contexto da reestruturação das grandes empresas transnacionais e o novo padrão de industrialização que se dá com o fim dos Anos Dourados e o processo de financeirização que se segue, na década de 1970.

Como antes colocado, as políticas de reconstrução da Europa e da Ásia levaram ao aumento da concorrência entre as empresas europeias, japonesas e americanas, as quais passaram a buscar desenvolver ativos intangíveis, tais como marcas e patentes, inovações de produto e processo e produtos diferenciados, que permitissem preservar seu poder de mercado e o aumento das assimetrias e vantagens competitivas. Concomitante a isso, o acirramento da concorrência levou a perda de competitividade dos Estados Unidos e ao crescente questionamento do papel do dólar enquanto moeda reserva. O choque da taxa de juros de 1979, tentativa última do governo americano de restaurar a credibilidade da moeda norte-americana, acelera o processo de financeirização, além de provocar o aumento da inflação e do preço dos insumos, suprimindo a capacidade de geração de divisas e de acumulação, e, conseqüentemente, retraindo a capacidade para investimento das grandes corporações (Sarti e Hiratuka, 2010).

As empresas passam a recorrer, assim, ao mercado financeiro para manter ou até mesmo aumentar seu nível de alavancagem, com o intuito de buscar os recursos necessários para investir no desenvolvimento de assimetrias e assegurar, assim, espaço num cenário cada vez mais competitivo.

É dessa nova aliança que se forma que ocorre a inversão na correlação de forças entre o setor industrial e financeiro. Este imprime sua lógica de curto prazo ao primeiro, o qual passa a priorizar a mobilidade e a reversibilidade de suas decisões, ou seja, busca aumentar a liquidez e a flexibilidade de seus ativos. A empresa passa, assim, por um processo de reestruturação que a torna mais especializada: esta mantém os ativos considerados estratégicos, nucleares, e externaliza as etapas subsidiárias do processo, que agregam menos valor ao produto final, sem, contudo, perder o controle sobre as mesmas.

Além disso, é importante observar que essa fragmentação da cadeia de valor sempre buscou considerar as vantagens comparativas dos países que se abriam como candidatos a receber as etapas “periféricas” da produção, criando oportunidades e riscos para a periferia, ao mesmo tempo em que condicionavam a sua inserção da nova divisão internacional do trabalho. Conforme em Sarti e Hiratuka (2010),

“a intensificação da concorrência entre as grandes corporações mundiais e a forma como estas passaram a organizar a sua cadeia de valor ao redor do globo condicionaram as atividades produtivas realizadas pelos países avançados e na periferia industrializada e, por consequência, o padrão de inserção comercial dessas economias (...), no padrão atual passou a ser da própria lógica concorrencial reorganizar as cadeias de produção e comercialização com dispersão geográfica e especialização crescente, implicando necessariamente em transformações estruturais nos padrões de produção e comércio dos países onde essas empresas alocam as várias etapas de sua cadeia de valor” (Sarti e Hiratuka, 2010).

Assim, a reestruturação produtiva foi responsável por definir, num primeiro momento, o padrão de inserção chinês quando da sua maior abertura ao capital externo: o país especializou-se nas etapas de produção que requerem o emprego de uma tecnologia mais simples e são intensivas em mão de obra não qualificada.

Entretanto, a contínua entrada massiva de IDE, aliada a políticas industriais de seletividade de indústrias a serem internalizadas e de promoção e desenvolvimento de tecnologias e forças produtivas chinesas levaram o país a convergir, num segundo momento, para padrões de especialização previamente alcançados pelas economias mais avançadas da região (Nonnenberg, Levy, Negri e Costa, 2008), produzindo e exportando, já nas décadas de 1990 e 2000, produtos mais complexos, de maior intensidade tecnológica. De acordo com estudo publicado pela UNIDO (2011), a China é, hoje, o segundo país mais manufatureiro, atrás, apenas, dos EUA. O mesmo ainda afirma o seguinte:

“Having started with low-end, low value-added products, economies such as China, Malaysia and Taiwan Province of China have diversified their manufacturing production with more technologically advanced products. They also engage in more production activities – from design to manufacturing, distribution and marketing – and invest heavily in education, research and development, and infrastructure to catch up with developed countries” (UNIDO, p.144).

Alega-se, entretanto, que o país “estaria se concentrando na etapa final do processo de produção [de produtos intensivos em tecnologia], que é a etapa mais intensiva em mão-de-obra, e, portanto, ainda mais próxima das vantagens comparativas tradicionais” (Nonnenberg, Levy, Negri e Costa, 2008). Tal análise é discutível, uma vez que: i) o incentivo dado à inovação através do investimento em educação, pesquisas científicas e

desenvolvimento tecnológico; ii) a proteção do mercado interno, através da substituição de importados por similares nacionais, incentivando o desenvolvimento de tecnologia própria; iii) e as exigências de transferência de tecnologia por parte das empresas estrangeiras que se associam à indústria nacional, levaram ao desenvolvimento de tecnologias e marcas próprias, como no caso da marca de computadores pessoais Lenovo (Sampaio Jr.).

Para Sarti e Hiratuka (2010), a China estaria, na verdade, nesses dois momentos, produzindo tanto produtos “básicos” como produtos de maior complexidade tecnológica:

“Isso não significa que a China deixou de realizar as atividades mais intensivas em trabalho dentro da cadeia de valor. A rigor, a China consegue combinar de forma bastante eficiente a estratégia de gerar capacidade competitiva dentro do velho (custos reduzidos com elevadas economias de escala de produção) e novo paradigma (inovação e agregação de conteúdo tecnológico). (...) A política industrial articula estímulos para a atração de investimentos estrangeiros, mas ao mesmo tempo procura maximizar os efeitos de encadeamentos setoriais e tecnológicos com outras empresas locais através de requisitos de compras locais e transferência de tecnologia” (Sarti e Hiratuka, p. 20)

Seja como “simples” plataforma de exportação, seja através do desenvolvimento de tecnologias próprias, a China se constitui, assim, como importante produtora e exportadora de produtos manufaturados, de baixa e alta intensidade tecnológica, transformando-se em um dos principais players no comércio mundial, e conseqüentemente, no cenário político internacional.

Tal constatação é verdadeira não apenas devido a sua relevância como exportadora de bens industrializados, mas também por ter se transformado, nos últimos anos, em um grande importador de commodities, tanto para consumo como para insumo de processos produtivos industriais. Definem-se, nesse momento, suas relações comerciais com os países em desenvolvimento, como o Brasil.

É clara a assimetria do comércio entre a China e tais países. Enquanto a primeira exporta produtos manufaturados, de grande intensidade tecnológica em sua maioria, os segundos são responsáveis por fornecer os grãos e os minérios de que aquela precisa para se manter e produzir. Nesse sentido, parece haver uma complementaridade produtiva baseada em vantagens comparativas, cujo intuito seria comercializar produtos com menores custos de produção, promovendo, assim, o comércio interindústria, e não intra-indústria (Machado e Ferraz, 2006). Complementaridade, essa, que necessita ser estudada, com o objetivo de identificar até que ponto isso estaria prejudicando a indústria nacional.

Revela-se, portanto, uma desigualdade qualitativa na pauta de comércio bilateral, a qual, reservada as proporções, pode afetar de forma significativa a balança comercial e a indústria nacional.

Não obstante, observa-se também uma assimetria em termos de relevância nas pautas de exportação e importação. No caso do Brasil, enquanto a China revela-se uma importante parceira comercial, figurando como uma dos principais fornecedores e mercados de destino dos produtos nacionais, o Brasil não tem a mesma representatividade para o comércio chinês, a não ser, talvez, como um importante fornecedor de alguns produtos pontuais, especialmente commodities. Dados da Unctad revelam que o país representou em 2011 apenas 3% do total que a China importou do mundo, sendo que a maioria dos produtos importados foram commodities de baixo valor agregado. Além disso, suas exportações para o Brasil representaram somente 1,7% de sua pauta de exportações, composta majoritariamente por produtos eletrônicos, de média e alta intensidade tecnológica. Por outro lado, as importações brasileiras provenientes da China representaram 14,5% do total que importamos do mundo, enquanto que as exportações para esta representaram 17,3% de nossa pauta de exportações.

Como produtora e exportadora de produtos manufaturados, a China tornou-se um dos principais concorrentes dos países emergentes industrializados, dentro de seus próprios mercados, bem como em relação às suas exportações. Em relação ao Brasil, a abertura comercial na década de 1990 permitiu uma entrada maior de produtos chineses no país, e a adesão da China à OMC em 2001 acentuou o até então tímido comércio bilateral entre os mesmos, o que apesar de ter trazido alguns benefícios, como o aumento das exportações para esse país, também acirrou a concorrência entre os produtos nacionais e chineses dentro do mercado interno. Segundo Machado e Ferraz (2006),

“Apesar do notável crescimento do comércio exterior chinês a partir de 1979, motivado como já visto pelo sucesso do plano de abertura econômica, constata-se que o intercâmbio bilateral entre o Brasil e a China mantém-se em um patamar reduzido, especialmente quando se leva em consideração o potencial dos dois países. (...) [A partir de 1993 houve um] aumento no intercâmbio comercial entre o Brasil e a China. Todavia, o incremento foi motivado basicamente pelo aumento das exportações de produtos chineses para o Brasil”. (Machado e Ferraz, pp. 9-11).

Nesse sentido, o “choque de competitividade” que se pretendia com a abertura comercial, talvez não tenha trazido os benefícios que se propunha, como o aumento da produtividade nacional, mas tenha, em contrapartida, aumentando a concorrência “desleal”,

uma vez que a indústria nacional não tinha as condições técnicas e produtivas para aguentar a competição com os produtos chineses, o que resultou no encolhimento de diversos setores industriais, como o têxtil.

É importante observar, ainda, que a expansão chinesa também acirrou a competição com o Brasil dentro dos países que constituem os principais destinos de suas exportações, devido à substituição dos nossos produtos por similares chineses. Nesse sentido, faz-se necessário analisar a competitividade que enfrentamos dentro do mercado argentino, principal destino dos produtos industrializados brasileiros, a fim de descobrir se esse crescimento tem reduzido nossa participação nesse mercado em decorrência da maior importação de produtos chineses.

Ainda de acordo com Machado e Ferraz (2006), o crescimento da China produziu,

“por um lado, oportunidades comerciais associadas a um mercado potencial de 1,3 bilhão de consumidores, cuja abertura vem permitindo às economias em desenvolvimento elevar suas exportações para a China, especialmente as de commodities, em volumes e preços até então inéditos. Por outro lado, e em contrapartida, geraram ameaças a produtores locais em seus mercados domésticos e, para determinados setores exportadores, implicaram o acirramento da competição em terceiros mercados. No que respeita especificamente a estes dois últimos pontos, alguns analistas têm sugerido que o desempenho comercial chinês poderá, em alguma medida, pôr em xeque o próprio lugar de algumas economias em desenvolvimento, entre as quais a brasileira, na divisão internacional do trabalho, contrariando a teoria de que o desenvolvimento econômico destes países pode sustentar-se tendo a indústria como pilar mais relevante.” (Machado e Ferraz, p. 104).

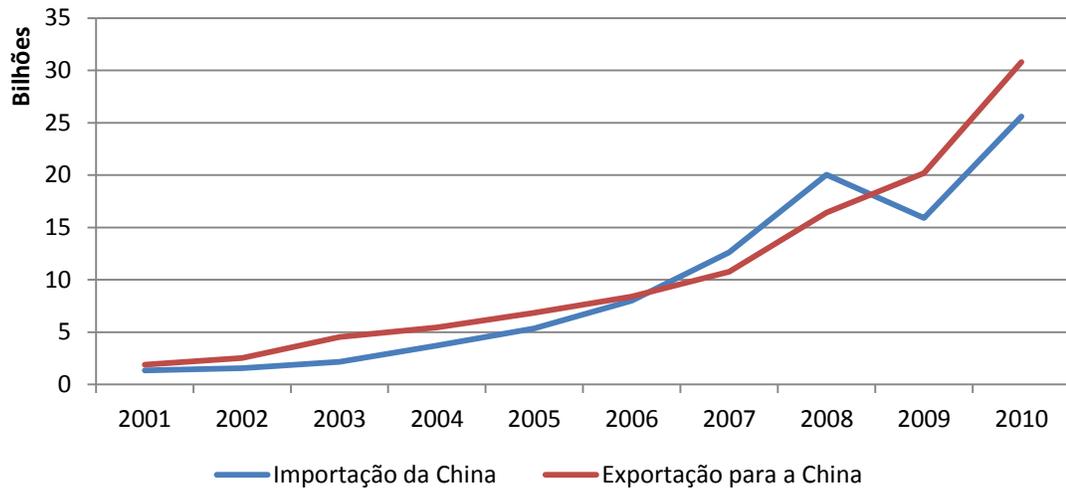
Nesse sentido, estudar a concorrência Brasil-China permite compreender melhor a inserção brasileira no mercado internacional, bem como ajuda a elucidar as políticas macroeconômicas, industriais e comerciais que seriam necessárias para promover a base produtiva nacional e elevar a competitividade dos nossos produtos e/ou evitar situações econômicas adversas que impliquem em queda na participação global, assim como faz a China. No entanto, aprofundar tais questões e as soluções para as mesmas não entram no escopo desse trabalho. O principal foco deste consiste, apenas, na discussão dos acontecimentos e das consequências desse comércio que nos levam a pensar nessas questões.

## **Capítulo 2 - Competitividade entre a indústria brasileira e chinesa no mercado brasileiro: uma análise do coeficiente de penetração de importações**

O expressivo crescimento da economia chinesa desde sua abertura comercial em 1978, com aumento de sua participação na exportação mundial de produtos manufaturados, alterou as relações comerciais e o sistema produtivo de diversos países, além de ter se tornado um importante concorrente de países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Em relação ao Brasil, observa-se uma crescente importância das transações comerciais entre os dois países, principalmente após a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), no final de 2001. A China, que em 2001 aparecia como o sexto principal mercado de destino das exportações brasileiras, absorvendo algo em torno de US\$ 1,9 bilhão em produtos brasileiros, em 2010 figurava como o primeiro colocado da lista, importando do país o equivalente a US\$ 30,7 bilhões em produtos brasileiros, passando a representar 15,2% das exportações totais do Brasil. Analisando as importações brasileiras, observa-se que a China era apenas a nona colocada na lista de principais origens de produtos importados, com US\$ 1,3 bilhão, passando, em 2010, para a segunda colocação, com US\$ 25,5 bilhões, atrás apenas dos Estados Unidos. Assim, em relação ao total importado pelo Brasil, a China passou a representar 14,0% em 2010 (em 2001, o percentual foi de apenas 2,3%).

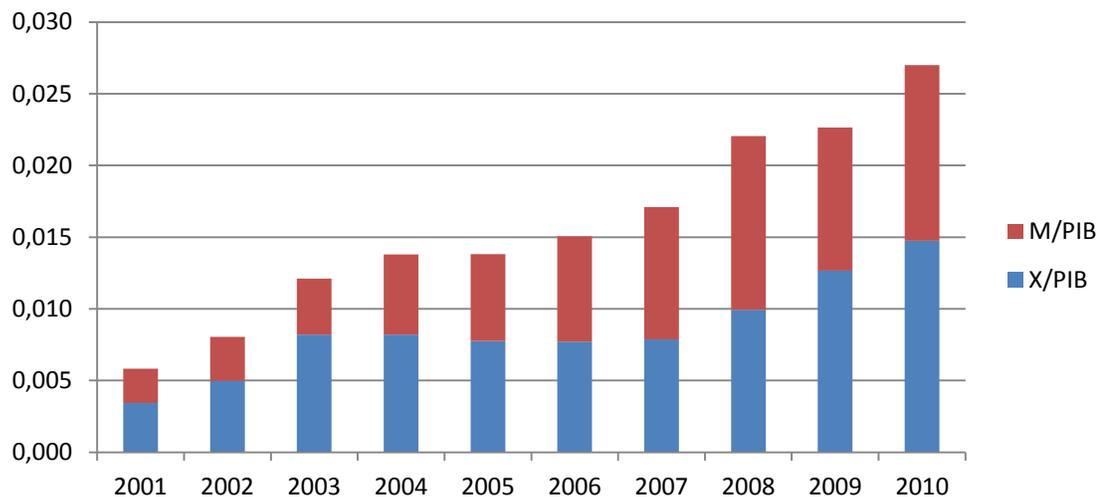
Figura 4: Comércio externo brasileiro (em US\$ bilhões)



Fonte: Elaboração própria a partir de Intracen.

A importância do comércio bilateral com a China também pode ser vista através do grau de abertura do Brasil para o caso específico desse país. Assim, se em 2001 as relações com a China representavam apenas 0,5% do PIB brasileiro, em 2010 passa a representar 2,6%. Esse aumento deve-se, sobretudo, ao maior aumento da relação X/PIB (1,1 p.p.) em comparação à relação M/PIB (0,9 p.p.).

Figura 5: Grau de abertura do Brasil em relação à China: 2001-2010



Fonte: Elaboração própria a partir de Intracen, IPEADATA e Banco Central do Brasil

No entanto, apesar da maior relação comercial entre Brasil e China nos últimos anos, esta é muito assimétrica quando considerada a pauta de exportações. Enquanto o Brasil exporta basicamente produtos básicos e semimanufaturados, agropecuários e intensivos em recursos naturais, o país importa da China produtos manufaturados, intensivos em mão-de-obra e tecnologia. Esses fatos são ilustrados pelas tabelas A e B do anexo, as quais são compostas pelos 10 produtos mais importados e exportados para a China. Pode ser inferido através delas que em 2010, dos 10 produtos mais importados pelo Brasil da China, todos eram manufaturados, e estes corresponderam a 77,0% do total importado de produtos chineses. Quanto às exportações, dos 10 produtos mais exportados para a China, embora apenas 3 fossem considerados básicos e semimanufaturados, estes corresponderam a quase metade (48,7%) do total exportado para aquele país.

De acordo com um estudo realizado por Machado e Ferraz (2006), esse padrão de comércio bilateral parece ter se pautado, sobretudo nas vantagens comparativas de ambos os países, uma vez que são baixos os percentuais de itens que constam tanto na pauta de exportação como na de importação, o que revela certa complementaridade entre as estruturas produtivas de ambos os países. Segundo Machado (2006) e Ferraz:

“[...] os fluxos de comércio entre o Brasil e a China estão aparentemente baseados sobretudo no princípio das vantagens comparativas, por meio do qual os países estariam comercializando produtos diferentes, com o objetivo de aproveitar ao máximo diferenciais relativos de custos de produção, e não no chamado comércio intra-indústria (ICI). [...] portanto, prevalece um padrão de comércio do tipo interindustrial.” (Machado e Ferraz, 2006, pp. 19-20).

Ainda segundo os autores acima citados, isso seria resultado das políticas chinesas de industrialização e inserção no comércio mundial, e da ausência das mesmas no Brasil. Machado e Ferraz (2006) afirmam:

“Esta evidência é coerente com a tese de que a expansão do comércio entre Brasil e China reflete, por um lado, as políticas industrial e comercial chinesas, que procuram limitar as importações aos produtos dos estágios básicos das cadeias produtivas e fomentam a produção doméstica de bens finais e, por outro lado, a ausência de uma política brasileira ativa e bem planejada visando a uma melhor inserção comercial do Brasil no mercado chinês.” (Machado e Ferraz, 2006, pp. 118-119).

Desse modo, faz-se necessário analisar também o impacto que tal fenômeno exerce sobre a indústria e a economia nacional, pois se acredita que o acirramento da concorrência entre ambos os países venha reduzindo o espaço dos produtos nacionais dentro do mercado interno.

Assim, este capítulo tem por objetivo analisar a concorrência direta entre a indústria brasileira e chinesa dentro do mercado nacional para os anos de 2001 a 2010, tornando possível, assim, a especificação das indústrias e setores que perderam competitividade para os produtos chineses.

A primeira parte deste capítulo constitui na presente introdução, seguida pela apresentação da metodologia aplicada que permitirá analisar o grau de concorrência direta entre as indústrias brasileira e chinesa dentro do território nacional através da construção de coeficientes de penetração das importações chinesas no mercado brasileiro. Segue-se a isso, um panorama geral da economia brasileira entre os anos de 2001 e 2010, através de indicadores da evolução da produção nacional, exportações e importações brasileiras. Em seguida realiza-se a análise desses mesmos indicadores, mas para cada categoria de intensidade tecnológica, a saber, bens de alta, média ou baixa intensidade tecnológica. Com isso, busca-se saber o efeito do comércio internacional sobre as diversas categorias. A quarta e última parte consiste na análise da influência do comércio com a China sobre as categorias analisadas – de que forma e até que ponto isso contribui positivamente ou negativamente para o incremento ou deterioração da produção nacional e a cadeia industrial.

## 2.1. Metodologia

A análise do efeito das exportações chinesas dentro do mercado nacional será realizada através da observação dos coeficientes de exportação e penetração das importações, os quais dependem basicamente da disponibilidade de dados sobre o valor da produção, sobre o consumo e sobre as exportações e importações, para um determinado setor, para um determinado período.

$$\text{Coeficiente de Exportações} = \frac{X_{ij}}{VP_{ij}} \quad (1)$$

$$\text{Coeficiente de Penetração de Importações} = \frac{M_{ij}}{VP_{ij} + M_{ij} - X_{ij}} \quad (2)$$

Onde  $X_{ij}$  é o valor das exportações do setor  $i$ , no período  $j$ ,  $M_{ij}$  é o valor das importações e  $VP_{ij}$  é o Valor da Produção.

Os dados de exportação e importação foram obtidos diretamente dos dados fornecidos pela Funcex (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior), obtidos a um nível de agregação Cnae 2 dígitos. Os dados anuais de valor da produção foram obtidos na Pesquisa Industrial Anual do IBGE. Porém, além dos dados serem anuais, existe um prazo de 2 anos e meio para que os resultados estejam disponíveis, o que significa que atualmente o último dado disponível é a PIA de 2007<sup>3</sup>.

Sendo assim, para obter os coeficientes de exportações e de penetração das importações, foi necessário estimar a evolução do valor de produção mensal, possível a partir dos dados da PIA. Para tanto, utilizou-se os índices de produção física, publicados mensalmente também pelo IBGE, e os índices de preços no atacado (IPA) setoriais, publicados pela Fundação Getúlio Vargas. Com a multiplicação de ambos os índices, foi possível construir um índice de valor mensal, o qual, multiplicado pelo pela PIA do mês

---

<sup>3</sup> A coleta de dados e a manipulação dos mesmos para a realização desse trabalho foi feita em 2009.

anterior, forneceu as estimativas dos dados de produção para todos os meses de 2008 a 2010, sendo possível, a partir disto, chegar aos valores anuais, necessários para a construção dos coeficientes.

Estes dados permitem, no entanto, investigar apenas a evolução da contribuição do total das importações no consumo aparente, sem especificar a parcela daquelas que se originam da China. Ou seja, não permitem averiguar com que intensidade a entrada de produtos chineses tem afetado a indústria nacional.

Assim, com o intuito de mensurar a participação das importações chinesas no mercado interno, realizar-se-á a construção do coeficiente de penetração das importações chinesas para o período 2001-2010, através do seguinte cálculo:

$$\text{Coeficiente de penetração das importações chinesas} = CPI_{ij} \times \frac{MC_{ij}}{M_{ij}} \quad (3)$$

Onde,  $CPI_{ij}$  é o coeficiente de penetração das importações (equação 2) para o setor  $i$  no período  $j$ , cuja fórmula se encontra no começo dessa sessão,  $MC_{ij}$  corresponde ao valor das importações chinesas, e  $M_{ij}$  é o valor das importações totais.

Das equações 2 e 3 temos que,

$$\text{Coeficiente de penetração das importações chinesas} = \frac{MC_{ij}}{VP_{ij} + M_{ij} - X_{ij}} \quad (4)$$

É preciso ter em mente, no entanto, que a construção desses indicadores, apesar de pretender mensurar a competitividade entre Brasil e China no mercado interno, compreende apenas uma visão geral dos efeitos da entrada de produtos chineses no mercado interno, uma vez que os mesmos não apresentam uma correlação direta entre aumento de importados chineses e queda da produção nacional. Entretanto, à medida que aumenta a participação

chinesa em nosso consumo aparente, mesmo que por um processo de substituição de importação de outros países, sem afetar, portanto, o valor da produção, é possível inferir que esta constitui uma ameaça à indústria nacional, por “impedir” o crescimento da mesma.

É importante ressaltar, ainda, que esse método não permite identificar os produtos que vem perdendo competitividade para as exportações chinesas dentro do território nacional, uma vez que os produtos estão agregados em setores produtivos. Mesmo que se pretendesse uma análise mais detalhada, esta não seria possível por falta de dados de valor de produção desagregados para produtos, o que inviabilizaria, assim, a construção dos indicadores mencionados acima.

Além disso, para uma melhor análise dos efeitos das exportações e importações no nível de produção nacional, classificou-se os setores estudados de acordo com sua intensidade tecnológica (tabela 1). Utilizou-se, para tanto, média ponderada entre os setores para o cálculo do grupo de intensidade tecnológica dos quais fazem parte. Assim, reconhece-se que os setores têm importâncias diferentes, uma vez que estes apresentam diferentes pesos dentro de seus respectivos grupos.

Não se pretende, contudo, mostrar que o acirramento da concorrência chinesa em relação ao Brasil está pautado somente na tecnologia empregada na produção. Muito pelo contrário, é preciso considerar, também, a escala e a intensidade na utilização de recursos das estruturas produtivas, dentre tantos outros fatores que contribuem para o crescimento da China e o aumento da competitividade de sua indústria.

Entretanto, a escolha por tal nível de agregação deu-se de forma a facilitar a leitura deste capítulo com o anterior, o qual aponta para a tendência de aumento da inserção de produtos chineses na produção e exportação de bens de maior intensidade tecnológica.

Tabela 1: Classificação dos setores por intensidade tecnológica.

---

**Alta intensidade tecnológica**

---

Fabricação de outros equipamentos de transporte  
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios  
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos  
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações  
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática  
Fabricação de máquinas e equipamentos  
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias  
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool

---

**Média intensidade tecnológica**

---

Fabricação de produtos do fumo  
Fabricação de produtos químicos  
Fabricação de artigos de borracha e plástico  
Metalurgia básica  
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos  
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos  
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados  
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel

---

**Baixa intensidade tecnológica**

---

Fabricação de produtos têxteis  
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas  
Fabricação de móveis e indústrias diversas  
Extração de carvão mineral  
Extração de petróleo e serviços relacionados  
Extração de minerais metálicos  
Extração de minerais não-metálicos  
Confecção de artigos do vestuário e acessórios  
Edição, impressão e reprodução de gravações  
Fabricação de produtos de madeira

---

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE

Alguns setores, no entanto, foram desconsiderados na realização dos cálculos dos indicadores. Dentro da categoria de bens de alta intensidade tecnológica, o setor de fabricação

de outros equipamentos de transporte foi excluído por apresentar valores que destoavam muito da média setorial, elevando-a.

Já os setores de extração de petróleo e serviços relacionados e edição, impressão e reprodução de gravações, ambos pertencentes à categoria de bens de baixa intensidade tecnológica, e o setor de fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios, pertencente à categoria de bens de alta intensidade tecnológica, foram excluídos do cálculo dos indicadores de suas respectivas categorias devido à inexistência de dados sobre preços (IPA), o que inviabilizou a realização das estimativas dos coeficientes de exportação e penetração das importações.

## **2.2. Análise da produtividade, das exportações e importações do Brasil: 2001-2010**

A economia brasileira passou por um longo período de baixo crescimento econômico. A retomada do crescimento da produção nacional a partir de 2002 parece expressar não somente a recuperação dos ciclos de stop and go recorrentes desde os anos de 1980, como também a consolidação de um padrão de crescimento mais sustentável.

Esse movimento ascendente da economia pode ser observado pelo expressivo aumento do valor bruto da produção e das exportações a partir do ano de 2003. Enquanto a taxa de crescimento da produção foi negativa entre 2001 e 2002, resultando em uma taxa média de crescimento anual de -6,9%, esta se elevou para 15,8% para o período 2003-2010. As exportações também apresentaram espetacular crescimento. A taxa média anual de crescimento, que foi de 2,2% para os anos de 2001 a 2002, elevou-se para 14,3% no período subsequente.

É importante destacar, no entanto, que a crise econômica mundial deflagrada em 2008 teve fortes impactos sobre a economia nacional. Já em 2008 pode-se observar uma expressiva redução da taxa de crescimento do valor bruto de produção, a qual cresceu apenas 12,2% no referido ano, em comparação aos 25,0% do ano anterior. No ano de 2009, a crise

ocasionou fortes quedas no produto e nas exportações brasileiras. As taxas de crescimento do produto e das exportações para esse último ano foram de -4,5% e -25,1%, respectivamente. Não fosse isso, as taxas médias de crescimento para o período 2003-2010 de ambos indicadores provavelmente seriam mais elevadas, acompanhando o elevado ritmo de crescimento dos anos anteriores. Tal proposição se mostra verdadeira na medida em que em 2010, o crescimento tanto do produto como das exportações se recuperaram: o produto cresceu 9,1% em relação a 2009 e as exportações, 33,5%.

A forte expansão da produção nacional a partir de 2002 está relacionada, principalmente, ao aumento da demanda interna, que estimulou o aumento dos investimentos no período. Até 2004, o crescimento produtivo tinha sido impulsionado essencialmente pela demanda externa, quadro este que se reverte a partir do referido ano.

Isso pode ser observado, também, pela evolução do coeficiente de exportações (gráfico 7). Até 2004, o indicador é ascendente, ou seja, as exportações crescem mais que a produção, evidenciando o fato de que até o referido ano, é o mercado externo que puxa o crescimento da produção nacional. Após 2004, a reversão do movimento ascendente desse indicador mostra que as exportações passam a crescer menos que o valor de produção. Isso porque o crescimento do mercado consumidor interno a partir desse ano passou a absorver parcela do produto que antes era destinada à exportação, ou seja, o mercado doméstico tornou-se o principal propulsor da produção nacional.

É importante observar que o grande fator contribuinte para o crescimento da demanda interna foi o aumento do consumo das famílias brasileiras após 2004. A recuperação do mercado de trabalho, com o aumento de emprego formal e redução da taxa de desemprego, possibilitou a expansão do gasto, uma vez que desta resultou o aumento da massa salarial. Além disso, a expansão do crédito ao consumidor e diversos programas sociais contribuíram para tal. O salário mínimo real aumentou 54,4% no período 2004-2010<sup>4</sup> e programas de distribuição de renda, como o Bolsa Família, foram ampliados significativamente. Sendo assim, a melhora da condição de vida da população pode ser considerada outro fator para o aumento do gasto das famílias. Isso pode ser observado pela redução do nível de pobreza e

---

<sup>4</sup> Fonte: IPEADATA

extrema pobreza da população para o período de 2004 a 2009<sup>5</sup>, da ordem de 12,2 p.p., para 21,4% da população, e 5,9 p.p., para 7,2% da população, respectivamente.

O aumento da demanda interna também se refletiu no aumento das importações, que se expandiram de forma expressiva junto com o crescimento da demanda nacional a partir de 2004: de 2001 a 2002, a taxa média de crescimento das importações foi de -17,1%, ao passo que entre 2003 e 2010, esse crescimento atingiu a impressionante taxa de 21,6% a.a.. Assim, além do aumento das exportações (13,5% a.a. para o período 2001-2010), o dinamismo do mercado externo brasileiro pode ser visto, ainda, pelo aumento expressivo das importações, que cresceu a uma taxa média de 14,1% para o intervalo de tempo analisado. No entanto, é preciso ressaltar que esse crescimento se deu, sobretudo, após 2004.

Entretanto, assim como ocorreu com as exportações e o produto nacional, a queda das importações em 2009 (-24,4% em relação ao ano anterior) representa um reflexo da crise econômica mundial dentro da economia brasileira.

Como destacado acima, o aumento do mercado interno a partir de 2004 contribuiu enormemente para tais resultados, além da valorização do real a partir de 2006, que deu novo impulso às importações, principalmente a partir de 2008, uma vez que até então a demanda havia sido suprida pela “ocupação da capacidade ociosa e por investimentos complementares de adequação e maximização das unidades existentes” (Almeida 2010, p. 71). Sendo assim, estas cresceram 31,9% em 2007, 44,4% em 2008 e 45,9% em 2010.

É importante ressaltar que essa alta das importações afeta, principalmente, os produtos manufaturados, uma vez que a valorização do real barateia o valor dos produtos internacionais comparativamente aos produtos nacionais, estimulando, assim, a importação. Além disso, ao tornar os importados mais competitivos dentro do mercado doméstico, pela redução de seus preços, tal fato poderia, ainda, ser prejudicial para a indústria nacional, ao deslocar a demanda interna para os produtos importados, já que estes apresentam, em geral, melhor qualidade em relação aos similares nacionais.

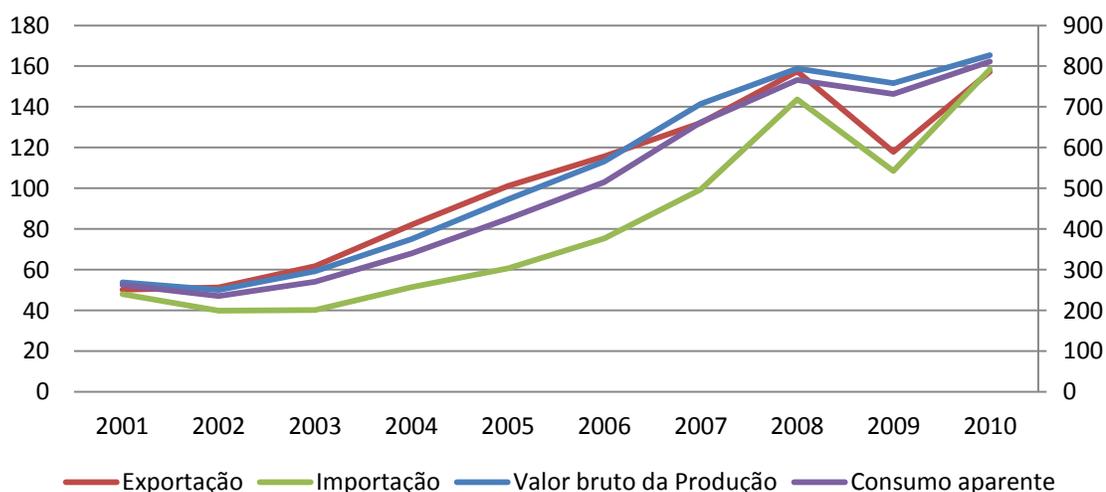
No entanto, como destaca Puga (2008), pelo menos entre 2004 e 2007 não é possível afirmar que o aumento das importações promoveu decréscimo da produção nacional,

---

<sup>5</sup> Fonte: IPEADATA

fato que poderia acarretar uma desaceleração do crescimento econômico do país. Muito pelo contrário, como pode observado pelo gráfico a seguir, houve um movimento ascendente tanto das importações como do valor bruto da produção e do consumo aparente, mostrando que a expansão das importações ocorreu de forma a complementar a produção nacional, e não com o intuito de substituí-la. De fato, o crescimento das importações foi essencial para atender ao aumento da demanda interna, uma vez que, segundo Almeida (2010), as empresas, no período de 2004 a 2007, procuraram atender o incremento do consumo apenas com ocupação de sua capacidade ociosa, sem realizar, portanto, investimentos em capacidade produtiva, que as permitissem reduzir o volume de importados.

Figura 6: Evolução das exportações, do valor bruto de produção, das importações, e do consumo aparente: 1997-2010 (bilhões de USD)



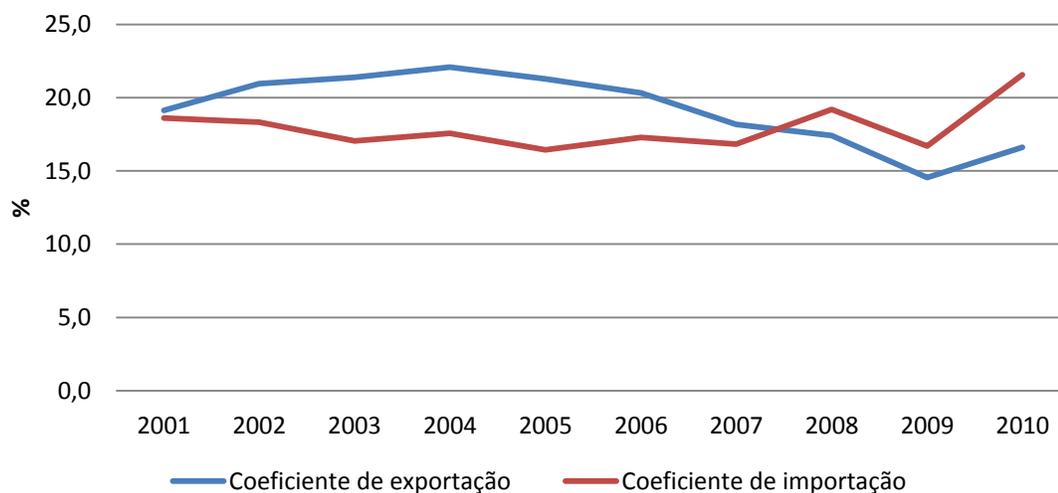
Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE e Funcex

Além disso, a partir de 2008, com a ocupação da capacidade ociosa e a não realização dos investimentos programados pela indústria a partir daquele ano, projetos estes abortados em decorrência da crise financeira internacional, a demanda doméstica, que continuou crescendo, a despeito do ano de 2009, teve que continuar a ser suprida por produtos

importados, o que ajuda a explicar as elevadas taxas de crescimento das importações a partir daquele ano.

A evolução do coeficiente de penetração das importações revela semelhante análise. Ao se manter relativamente estável para todo o período, entre 15% e 20%, tal indicador mostra que as importações serviram para complementar a produção nacional, uma vez que aquelas cresceram conforme o incremento do consumo aparente. Entretanto, o maior aumento a partir de 2007, com exceção ao ano de 2009, revela a maior participação das importações no total consumido pelo país, ou seja, um processo de substituição da produção nacional por importações, uma vez que aquela não cresceu de forma a acompanhar o crescimento da demanda doméstica.

Figura 7: Evolução dos coeficientes de exportação e de penetração das importações: 2001-2010



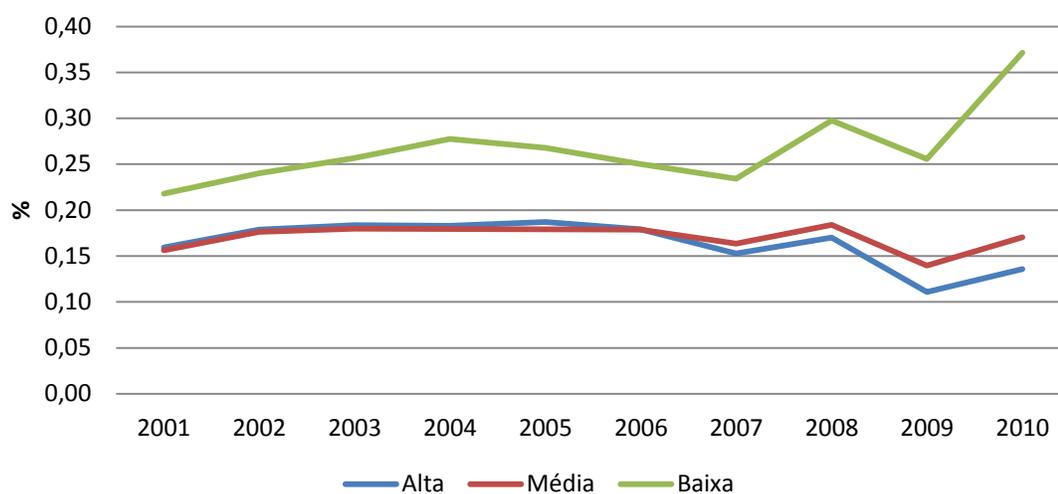
Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, Funcex, IPA-OG e PIM-PF

### **2.3. Análise da produtividade, das exportações e importações do Brasil por intensidade tecnológica: 2001-2010**

Apesar de a análise anterior ter apresentado dados que revelam uma conjuntura favorável para o país nesses últimos anos, a despeito do ano de 2009, que refletiu a crise econômica mundial na economia nacional, a análise desses indicadores segundo a divisão da indústria por intensidade tecnológica pode esconder características consideradas não tão positivas. O setor de bens de baixa intensidade tecnológica foi o que apresentou a maior taxa de crescimento média de exportação e valor bruto de produção, 17,7% e 14,3%, respectivamente, e o segundo de maior representatividade no total exportado pelo país (37,5%) para o período 2001-2010. Já a categoria de bens de alta intensidade tecnológica, apesar de não ter apresentado a menor taxa média de crescimento da produção para o período estudado (13,1% contra 12,7% do setor de bens de média intensidade tecnológica) foi o que apresentou a menor taxa média de crescimento das exportações (apenas 10,2% a.a.) e a de menor representatividade nas exportações totais (25,9%). Isso revela que os produtos de baixa intensidade tecnológica foram os que tiveram maior representatividade nas exportações nacionais, em contraposição aos produtos de alta intensidade tecnológica. Significa, assim, que a inserção externa brasileira continua pautada nesses setores, ou seja, representa a baixa penetração exportadora do país nos mercados mais dinâmicos, especialmente nos de produto de média e alta tecnologia.

Não obstante, pelo gráfico a seguir podemos observar a importância do setor externo para as categorias de uso em análise. As exportações mostram-se mais relevantes em relação à produção de bens de baixa tecnologia e menos em relação aos bens de alta e média tecnologia, refletindo, de certa forma, o padrão de inserção brasileiro no mercado internacional.

Figura 8: Coeficiente de exportações por intensidade tecnológica: 2001-2010



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, Funcex, IPA-OG e PIM-PF

Podemos observar, ainda, que a acentuada queda do coeficiente de exportação dos bens de baixa intensidade tecnológica revela que a expansão do mercado interno, a partir de 2004, redirecionou a produção doméstica desses produtos para suprir essa nova demanda. Além disso, a valorização do real em 2006 impactou, de forma negativa, nas exportações de bens de média e alta intensidade tecnológica, o que trouxe impactos para a produção nacional: para os bens de alta tecnologia, a taxa média de crescimento anual, que foi de 16,9% para o período 2001-2005, reduziu-se para apenas 7,6% para o período subsequente; já para os bens de média tecnologia, a taxa média de crescimento anual reduziu de 15,0% para 9,1%.

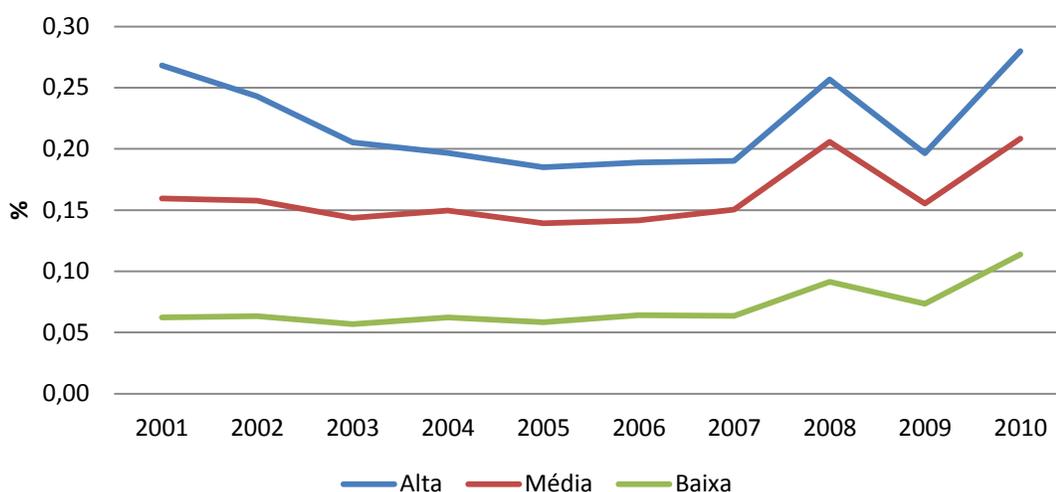
Quanto às importações, como referido na sessão anterior deste capítulo, estas apresentaram taxas de crescimento muito baixas ou até mesmo negativas para alguns anos de 2001 até 2003, em decorrência, principalmente, do baixo dinamismo do mercado interno e da forte desvalorização sofrida pelo real a partir de 1999. Assim, o aumento do consumo doméstico a partir de 2004 reflete-se em uma alta das importações a partir do referido ano: para os bens de alta, média e baixa intensidade tecnológica, estas cresceram a uma taxa média de crescimento de 22,5%, 18,0% e 21,6%, respectivamente, entre 2004 e 2010. Em 2006 a valorização do real deu novo impulso ao aumento das importações, principalmente de bens de

alta intensidade tecnológica. Contudo, o efeito da moeda valorizada foi mais forte a partir 2008, quando, juntamente com a ocupação da capacidade ociosa da indústria, estimulou, sobretudo, a alta das importações de bens de alta intensidade tecnológica.

Contudo, como explicitado na sessão anterior desse capítulo, isso não significou, para o período 2004-2007, uma substituição de produtos nacionais por importados. Muito pelo contrário, as importações serviram para cobrir o grande aumento do mercado consumidor interno, ou seja, para complementar a produção nacional. A partir de 2008, entretanto, é possível perceber um aumento das importações maior que o do consumo aparente, revelando uma inversão na relação entre importação e produção nacional daquela verificada no período anterior.

Isso pode ser verificado através da análise da evolução do coeficiente de penetração das importações. De 2004 a 2007, as categorias de bens de alta, média e baixa intensidade tecnológica apresentam índices relativamente estáveis nesse período. Nesse sentido, pode-se dizer que as importações tiveram um papel complementar da produção brasileira. Porém, a partir de 2008 é possível observar o crescente aumento das importações em relação ao consumo aparente nacional para todas as categorias analisadas, relevando, assim, perda da produção nacional em relação aos produtos importados.

Figura 9: Coeficiente de penetração das importações por intensidade tecnológica: 2001-2010



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, Funcex, IPA-OG e PIM-PF

Pelo gráfico podemos observar, ainda, que a categoria de bens de alta intensidade tecnológica foi a que mais variou no período, além de ser a que mais importou em relação ao que foi consumido pelo país nessa mesma categoria. Em contraposição, os bens de baixa e média tecnologia foram os que menos variaram e menos importaram. Isso revela que o país produz boa parte do que consome em bens de baixa intensidade tecnológica, mas ainda precisa importar muito em bens de alta intensidade tecnológica, mostrando, mais uma vez, que o parque industrial brasileiro continua pautado na produção de bens do primeiro tipo, ou seja, que este apresenta certa debilidade em sua estrutura produtiva.

#### 2.4. Análise da concorrência entre Brasil e China no mercado interno

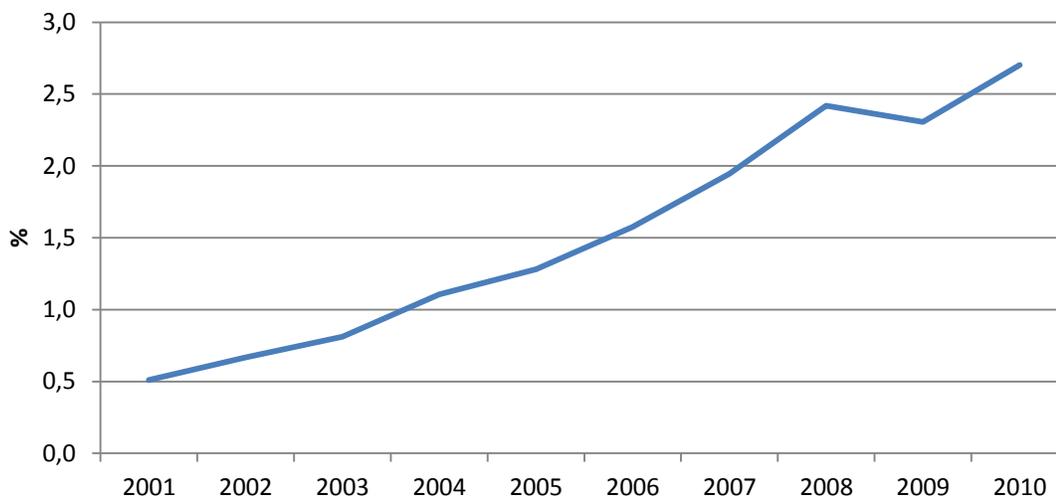
A relevância e a característica do comércio bilateral entre Brasil e China foram apresentadas no início desse capítulo sem, contudo, que fosse analisada a implicância do mesmo para a economia nacional.

Como mencionado previamente, as estatísticas sobre comércio exterior revelam um crescimento das importações de produtos chineses, sobretudo após 2001, quando a China passa a integrar a OMC. Entre 1997 e 2000, o total das importações provenientes desse país cresceu apenas 1,6%, representando, nesse último ano, somente 2,2% de total importado pelo Brasil. No período 2001-2010, esse crescimento foi de 38,9%, e chegou a representar 14,1% das importações em 2010.

Esses dados já seriam suficientes para evidenciar o crescimento da importância e relevância dos produtos chineses na nossa pauta de importação, mas não indicam se houve um aumento da concorrência entre a indústria nacional e chinesa na última década. Com o intuito de mensurar os efeitos da entrada de produtos chineses dentro do mercado interno, optou-se pela construção e análise do coeficiente de penetração das importações, ou seja, do indicador que expressa a importância das importações proveniente da China no total consumido no país.

Considerando apenas o total das importações chinesas, sem desagregar por produto ou categoria, é possível identificar que houve um acirramento da concorrência entre Brasil e China no período 2001-2010. O gráfico a seguir (figura 10) ilustra o resultado do aumento das importações de produtos chineses no consumo aparente do país: é notável o crescimento da participação dos mesmos no mercado interno.

Figura 10: Evolução do coeficiente de penetração das importações chinesas totais no Brasil:  
2001-2010



Fonte: Elaboração própria a partir de Aliceweb

Um leitor mais atento poderia indagar se o aumento desse mesmo indicador não poderia ter sido consequência de uma redução do consumo aparente maior que o incremento das importações chinesas. No entanto, como destacado anteriormente, o consumo aparente não diminuiu no período analisado. Muito pelo contrário, o mesmo cresce, principalmente a partir de 2004, puxado pelo aumento da demanda interna.

Entretanto, não basta analisar apenas o coeficiente de penetração das importações chinesas. É preciso contextualizá-lo no cenário nacional, motivo pelo qual se atribuiu grande espaço deste capítulo na descrição do mesmo. Assim, enquanto o coeficiente de penetração das importações totais não indica um aumento das importações em relação ao consumo aparente, a não ser a partir de 2007, o mesmo indicador para as importações chinesas revela que tem aumentado a participação de tais produtos no consumo interno para todo o período, o que poderia indicar perda competitividade em relação a esse específico país.

Nesse sentido, se a partir de 2008 é possível dizer que o aumento das importações chinesas tem deslocado a produção nacional, levando ao aumento da competitividade, até 2007, o confronto entre ambos indicadores parece revelar que o aumento das importações

chinesas deslocou a participação de outros países, ou seja, substituiu os produtos de seus concorrentes.

Tais fatos levam-nos a pensar, em um primeiro momento, que o aumento dos produtos chineses em nossa pauta de importação não teria provocado perda de competitividade em relação a este mesmo país. No entanto, se considerarmos que a redução da importação dos demais países poderia ter sido substituída por produção nacional, ao invés de produtos provenientes da China, fica claro a tendência de acirramento da concorrência entre nossa indústria e a chinesa.

Quando partimos para a análise por categoria de intensidade tecnológica, é possível identificar resultado semelhante. Para o período 2001-2005, houve um aumento do indicador de concorrência para todas as três categorias, aumento, este, que persistiu no período subsequente, de forma muito mais intensa para os produtos de alta intensidade tecnológica.

Tabela 2: Participação das importações chinesas no consumo aparente brasileiro (em porcentagem).

<b>Intensidade tecnológica</b>	<b>2001</b>	<b>2005</b>	<b>2010</b>
<b>Alta</b>	0,64	2,04	5,00
<b>Média</b>	0,33	0,74	2,41
<b>Baixa</b>	0,22	0,49	2,32

Fonte: elaboração própria a partir de IBGE, Funcex, Secex IPA-OG e PIM-PF

Assim, apesar do coeficiente de penetração de importação total ter revelado que até 2007 as importações tiveram um papel complementar à produção nacional, o mesmo diagnóstico pode ser feito para as 3 categorias de produtos em análise: houve, no período estudado, um aumento da concorrência entre Brasil e China, principalmente em relação aos produtos de maior intensidade tecnológica.

Se olharmos para as categorias separadamente, observamos que o bom desempenho chinês está pautado, essencialmente, em alguns produtos específicos. Nesse

sentido, o espetacular crescimento da participação dos bens de alta intensidade tecnológica foi causado, principalmente, pelo setor de máquinas para escritório e equipamentos de informática e pelo setor de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações, os quais representavam, em 2001, apenas 2,4% e 1,3% do total consumido no país, e passam a representar, em 2010, 23,6% e 20,9%, respectivamente.

Tabela 3: Coeficiente de penetração das importações chinesas para produtos de alta intensidade tecnológica (em porcentagem).

<b>Alta intensidade tecnológica</b>	<b>2001</b>	<b>2005</b>	<b>2010</b>
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	0,21	0,37	0,23
Fabricação de máquinas e equipamentos	0,36	1,22	5,87
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	2,38	9,18	23,64
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1,70	3,48	7,96
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	1,35	9,13	20,86
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	0,00	0,08	0,65
Média ponderada	0,64	2,04	5,00

Fonte: elaboração própria a partir de IBGE, Funcex, Secex IPA-OG e PIM-PF

Em relação aos produtos de média intensidade tecnológica, destaca-se o crescimento do setor de couros e fabricação de artefatos de couros, artigos de viagem e calçados, cuja participação de 1,0% em 2001 salta para 5,0% em 2010.

Tabela 4: Coeficiente de penetração das importações chinesas para produtos de média intensidade tecnológica (em porcentagem).

<b>Média intensidade tecnológica</b>	<b>2001</b>	<b>2005</b>	<b>2010</b>
Fabricação de produtos do fumo	0,00	0,00	0,00
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	1,01	3,02	5,09
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,01	0,03	0,58
Fabricação de produtos químicos	0,49	0,99	2,00
Fabricação de artigos de borracha e plástico	0,19	0,67	2,45
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	0,11	0,59	2,05
Metalurgia básica	0,16	0,34	2,44
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	0,38	0,66	2,48
<b>Média ponderada</b>	<b>0,33</b>	<b>0,74</b>	<b>2,41</b>

Fonte: elaboração própria a partir de IBGE, Funcex, Secex IPA-OG e PIM-PF

Quanto aos bens de baixa intensidade tecnológica, é notável a predominância de 3 setores, a saber: produtos têxteis, artigos de vestuário e acessórios, e móveis e indústrias diversas. É interessante observar que esses 3 setores, que obtiveram melhor desempenho (no sentido de que tiveram maior crescimento e maior participação no mercado interno) no período 2001-2010, são os mesmos a que sempre nos referimos quando buscamos ilustrar os efeitos do processo de abertura comercial e do aumento da concorrência chinesa.

Tabela 5: Coeficiente de penetração das importações chinesas para produtos de baixa intensidade tecnológica (em porcentagem).

<b>Baixa intensidade tecnológica</b>	<b>2001</b>	<b>2005</b>	<b>2010</b>
Extração de carvão mineral	2,59	1,27	0,24
Extração de minerais metálicos	0,34	0,28	0,24
Extração de minerais não-metálicos	0,01	0,04	0,20
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	0,02	0,04	0,19
Fabricação de produtos têxteis	0,29	2,38	7,35
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	0,79	1,60	4,51
Fabricação de produtos de madeira	0,10	0,13	0,35
Fabricação de móveis e indústrias diversas	1,45	2,41	6,89
Média ponderada	0,22	0,49	2,32

Fonte: elaboração própria a partir de IBGE, Funcex, Secex IPA-OG e PIM-PF

É interessante observar, ainda, que o melhor desempenho chinês se dá no segundo período analisado (2005-2010), justamente após o aumento da demanda interna e a desvalorização do real em 2006, elevando as importações totais, e contribuindo, ao que tudo indica, para o aumento da participação dos produtos chineses no mercado doméstico.

## **Capítulo 3 – A concorrência entre Brasil e China no mercado argentino: uma análise do market-share**

O crescimento econômico chinês nas últimas décadas, bem como seu padrão de inserção no comércio internacional e a importância e relevância que adquiriu no mesmo, fizeram com que se tornasse praticamente impossível discutir desenvolvimento industrial e desempenho econômico sem mencionar o gigantismo da China e sua influência mundial, sobretudo nas economias de países industrializados e em desenvolvimento, como no caso do Brasil.

O fato de ter se tornado, nos últimos anos, um grande produtor e exportador de manufaturas, na “fábrica do mundo”, como alguns gostam de colocar, transformou-a em uma ameaça aos países industrializados, que viram aumentar a concorrência chinesa em relação aos seus produtos, não só em seus próprios mercados, como também em terceiros mercados em que figuravam como principais fornecedores.

Em trabalho realizado com o intuito de investigar a concorrência entre Brasil e China, Sarti e Hiratuka (2007) citam Lall e Weiss:

“Embora [...] o grau de concorrência entre a China e os países da América Latina seja muito menor do que a verificada com outras regiões, como os demais países do Sudeste Asiático, os autores destacam justamente a dificuldade que o posicionamento da China pode colocar para a questão da melhora no perfil da pauta em direção a produtos com maior dinamismo no comércio internacional e com maior capacidade de geração de encadeamentos com os demais setores da economia” (Sarti e Hiratuka, 2007, p. 5).

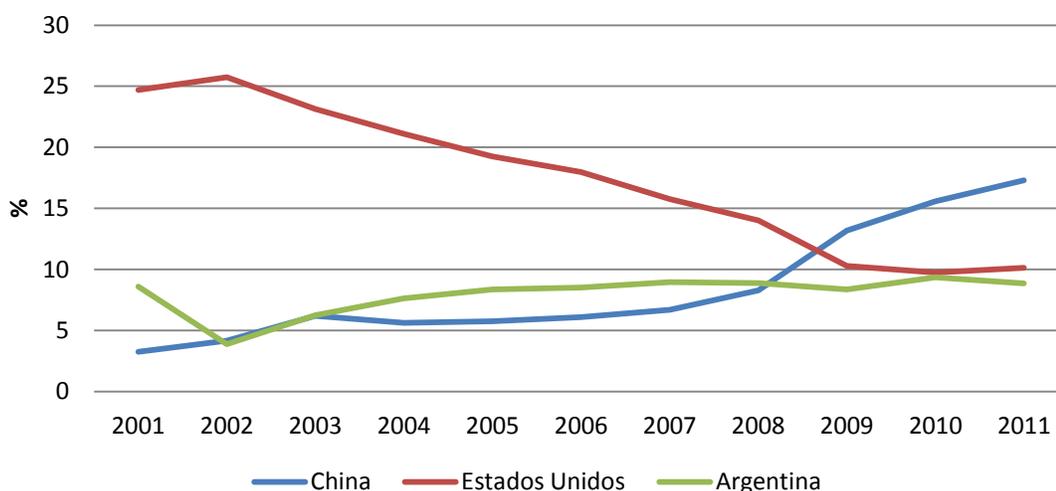
Apesar do dinamismo da economia nacional não estar mais pautado do comércio externo, principalmente a partir de 2003, como visto no capítulo anterior, é fato que o mesmo continua a influenciar o desempenho econômico do país, especialmente no que diz respeito a redução da vulnerabilidade externa através da geração de superávits comerciais. Ainda segundo Sarti e Hiratuka (2007),

“A crescente inserção comercial chinesa no mercado brasileiro, mas também nos principais mercados de exportação do Brasil pode se constituir em uma ameaça crescente à manutenção de saldos comerciais favoráveis” (Sarti e Hiratuka, 2007, p. 20)

Nesse sentido, buscou-se, no capítulo anterior, analisar a competitividade entre Brasil e China dentro do mercado interno, cabendo a este o estudo da competitividade de nossas exportações frente às chinesas dentro do mercado argentino, dado a importância deste em termos de expressividade e conteúdo importado.

Devido a proximidade geográfica e aos diversos acordos de comércio firmados no âmbito do Mercosul, a Argentina tem figurado entre os principais parceiros comerciais do Brasil. Ao longo dessa última década, aumentaram as exportações brasileiras para o país vizinho em termos de valores absolutos, apesar de ter se mantido estável a sua representatividade no total exportado pelo Brasil. Em 2010, esta foi responsável pelo equivalente a 8,8% do total das exportações brasileiras, importando algo em torno de US\$ 22,7 bilhões, atrás apenas de China (17,3%) e Estados Unidos (10,1%).

Figura 11: Principais destinos das exportações brasileiras



Fonte: Elaboração própria a partir de INTRACEN.

Apesar de esses dois últimos países apresentarem maior relevância para as exportações brasileiras em termos de quantidade exportada, é preciso atentar para o fato de que a pauta de produtos que se destinam a ambos não é tão relevante quanto aquela que se

destina a Argentina, tornando menos interessante a análise da concorrência nesses dois mercados.

A Argentina é, hoje, o principal importador de nossos produtos manufaturados, motivo pelo qual se optou pelo estudo da concorrência entre nossas mercadorias e as chinesas no país vizinho. Quando observamos a pauta de exportações para a Argentina, torna-se evidente a predominância de produtos manufaturados, de média e alta intensidade tecnológica, bem como a alta concentração da mesma. Em 2010, dentre os dez principais produtos exportados, apenas um (Minérios, escórias e cinzas) não é considerado bem manufaturado, sendo que destes, os três principais produtos exportados para o país vizinho representaram 53,3% do total exportado.

Além disso, a análise da competitividade entre produtos brasileiros e chineses torna-se mais interessante quando observamos a pauta de importação da Argentina, tanto por país como por produto.

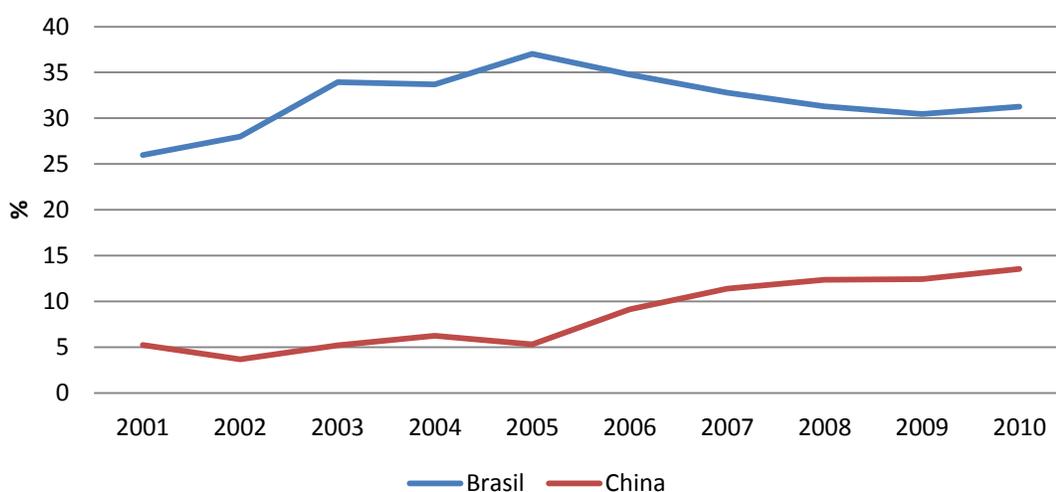
Tabela 6: Principais produtos exportados pelo Brasil para a Argentina – participação (%) no total exportado pelo Brasil - 2010

Veículos, exceto elétricos e ferroviários.	34,0
Máquinas, reatores nucleares, caldeiras, etc.	10,8
Elétricos, equipamentos eletrônicos.	8,5
Minérios, escórias e cinzas.	4,9
Plásticos e artigos de plástico	4,7
Aço e ferro	4,6
Combustíveis minerais, óleos, produtos destilados, etc.	4,2
Borracha e artigos de borracha	2,4
Papel, papelão, cartão e artigos de celulose.	2,2
Químicos orgânicos	2,0
Outros	21,6

Fonte: Elaboração própria a partir de Intracen

É notável o fato de que a importância do comércio bilateral Brasil-Argentina não se restringe apenas à expressividade da mesma em nossa pauta de exportação: somos ainda o seu principal fornecedor de mercadorias, com representatividade de 31,2% do total importado pelo país em 2010, apesar do crescente aumento da participação da China no mercado vizinho, a qual já figura como segunda maior exportadora, representando 13,5% do total importado pela Argentina no mesmo ano referido anteriormente.

Figura 12: Participação de Brasil e China no total de importações da Argentina



Fonte: Elaboração própria a partir de Intracen.

Não obstante, quando analisamos o conteúdo importado pela Argentina observamos que dos 25 produtos mais importados, todos, exceto um (Commodities não classificadas), são bens manufaturados, e que os mesmos são extremamente relevantes para sua pauta de importação, uma vez que representaram 87,9% do total importado em 2010.

A abertura por país revela, ainda, que somos o principal fornecedor de tais produtos. Em 2010, o Brasil liderou 13 dessas categorias de importados, e em outros seis fomos os segundos ou terceiros maiores exportadores. Nossa participação no total desses 24

produtos mais relevantes foi de 39,7%, percentual muito expressivo (em 2001, foi de apenas 22,5%).

A China também tem aumentado sua participação. Apesar de figurar como principal fornecedor em apenas três desses principais produtos em 2010, e em sete como segundo ou terceiro, é preciso considerar que o país, em 2001, não alcançou a liderança em nenhuma das categorias. Além disso, sua participação cresceu 221,7% no período, partindo de apenas 4,6% em 2001 e alcançando 14,8% em 2010, enquanto que a participação brasileira cresceu 76,5%.

Tendo em vista essas diversas considerações, tal como o notável crescimento chinês nos últimos anos, sua maior participação no comércio internacional e a ameaça aos produtos industrializados nacionais que se acredita ser consequência desse fenômeno, fica evidente a necessidade e a importância de estudar a competitividade entre Brasil e China dentro do mercado argentino a fim de investigar o impacto que isso traz para a indústria e para o desempenho da economia brasileira.

Assim, este capítulo busca averiguar o grau da concorrência entre a indústria brasileira e chinesa dentro do mercado argentino para dois períodos: 2001-2005 e 2005-2010. Através de uma análise de market-share por produto, seria possível identificar que indústrias e setores foram mais afetados pela competitividade com os produtos chineses, o que facilitaria a tomada de decisões no sentido de melhorar o planejamento e aplicar ações para reverter o quadro de crescente ameaça, tanto por parte do governo como pelos agentes individuais afetados ou diretamente envolvidos pelo comércio internacional.

Este capítulo se estrutura da seguinte forma: além desta presente introdução, segue a metodologia utilizada para o cálculo do market-share – indicadores utilizados para se analisar a concorrência entre Brasil e China no mercado argentino –, seguida pela exposição dos resultados encontrados a partir da construção dos indicadores, bem como pelas considerações finais a respeito do estudo apresentado.

### 3.1. Metodologia

A análise da competitividade dos produtos brasileiros frente aos chineses dentro do mercado argentino tem por base um estudo realizado por Sarti e Hiratuka (2007) na qual os autores avaliam se houve crescimento ou não na concorrência entre ambos para alguns países selecionados através da similaridade das pautas de exportação de Brasil e China e do aumento ou diminuição da participação relativa na pauta de importação dos mercados de destino.

Apesar de tal estudo avaliar a similaridade da pauta de importação dos produtos de origem brasileira e chinesa dentro dos mercados de destino, com o intuito de avaliar se há ou não convergência da pauta de exportações de Brasil e China, o que poderia indicar um possível aumento de competitividade, este trabalho não compreende tal análise, limitando-se, apenas, ao estudo sobre o market-share.

Calcular, no entanto, a participação relativa de toda a pauta de importação argentina para produtos brasileiros e chineses revela-se inviável no curto espaço de tempo que compreende o exercício de escrita desse trabalho. Assim, optou-se por selecionar os 25 produtos que a Argentina mais importa do Brasil, o que compreende 92,1% do total de produtos brasileiros importados pelo país vizinho, como amostra para se averiguar a concorrência entre os produtos nacionais e os chineses dentro desse mercado que já se revelou ser de grande importância para nossa indústria. Com isso, procura-se entender se houve aumento da competitividade para os principais produtos destinados ao mercado argentino, ou seja, se a ameaça chinesa se faz sentir para os produtos mais importantes e expressivos de nossa pauta de exportação quando se trata desse específico destino.

É importante ressaltar ainda que a escolha pelos dados de importação argentina, ao invés dos dados sobre os principais produtos exportados pelo Brasil leva em consideração o fato de que há uma diferença na contabilização do que é exportado por um país e o que o seu respectivo mercado importa. Em outras palavras, decidiu-se pela escolha dos principais produtos importados pela Argentina, pois tanto suas importações do Brasil, como da China, seguiriam o mesmo critério de contabilização.

Segundo o site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDCI), as discrepâncias de valores tem origem em diversos fatores, como nas diferenças de condição de venda (FOB, CIF, etc.), no momento de registro dos valores importados e exportados pelos diferentes países, nos critérios de classificação de mercadorias e de país de origem/destino e na taxa de câmbio adotada no momento de conversão para o dólar. Além disso, de acordo com o mesmo, o comércio bilateral deve ser pautado na comparação entre os valores de importação, já que a computação de tais dados é mais segura devido ao maior controle que se dá pelo fato de incidirem impostos sobre os mesmos, o que não necessariamente ocorre com as saídas.

A partir da seleção dos 25 principais produtos importados do Brasil pela Argentina, consideraram-se somente os produtos manufaturados para fins de comparação. Para tanto, utilizou-se a classificação do MDCI de Fator Agregado, a qual agrupa os produtos em 3 classes, a saber: produtos básicos (bens de baixo valor agregado, com cadeia produtiva simples e que sofreram poucas transformações); produtos industrializados semimanufaturados (bens que passaram por alguma transformação industrial) e produtos industrializados manufaturados (bens que normalmente apresentam maior tecnologia embutida, de alto valor agregado).

Os dados de exportação e importação utilizados para os cálculos foram extraídos da base INTRACEN fornecida online, em valores SH (Sistema Harmonizado) 2 dígitos, o qual consiste em um “método internacional de classificação de mercadorias, baseado em uma estrutura de códigos e respectivas descrições” (site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

A partir dos dados sobre as importações totais e por produto que a Argentina realiza do Brasil e da China, calcula-se a participação relativa das exportações desses mesmos países para o mercado argentino, ou seja, faz-se o cálculo do market-share para mensurar a competitividade dos produtos chineses e brasileiros.

Assim,

$$MS_{ij} = \frac{M_{ij}}{M_j}$$

Onde  $MS_{ij}$  corresponde ao market-share do país  $i$  (Brasil ou China) sobre o produto  $j$ ,  $M_{ij}$  são as importações argentinas do produto  $j$  provenientes do país  $i$ , e  $M_j$  são as importações totais argentinas do produto  $j$ .

Assim, segundo os autores, poderíamos quantificar, através desse indicador, o acirramento ou não da concorrência para um determinado produto destinado a um mesmo país, ou seja, se houve ou não aumento do market-share da China ou do Brasil.

A partir disso, faz-se necessário analisar se o market-share para um determinado produto cresceu ou não de um ano/período para o seguinte. Para esse trabalho, optou-se por dividir a última década em dois períodos: de 2001 a 2005 e de 2005 a 2010.

A análise que se segue também tem por base o estudo de Sarti e Hiratuka (2010). Neste, a concorrência é classificada como direta ou indireta. A primeira ocorreria quando do aumento do market-share chinês e queda do brasileiro, enquanto que a segunda seria caracterizada pelo aumento de ambos indicadores, embora o da China aumentasse proporcionalmente mais que o do Brasil.

Entretanto, é preciso ressaltar que tal metodologia não nos permite afirmar que a queda de participação do Brasil é consequência direta do aumento da participação chinesa, uma vez que os cálculos não consideram a possibilidade de interferências externas, ou seja, de concorrência de outros países. Como afirmam os autores,

“esse indicador não implica necessariamente causalidade, no sentido de que a perda de market-share tenha sido necessariamente ocasionada pelo aumento do outro. No entanto, permite ter uma visão geral da porcentagem do comércio onde se verifica algum grau de concorrência” (Sarti e Hiratuka, 2007, p.5).

Tendo por base o exposto acima, fica evidente que a metodologia utilizada nesse capítulo, bem como a análise realizada será, assim, um tanto quando distinta daquela apresentada no capítulo anterior. A impossibilidade de calcular coeficientes de importação para a Argentina, devido à indisponibilidade de dados sobre valor bruto da produção argentina, dados sobre importação argentina e sobre exportação chinesa em CNAE, tornam difícil uma análise mais concreta e específica sobre o assunto, como aquela que busca quantificar a ameaça chinesa no mercado interno.

### **3.2. Concorrência Brasil-China no mercado argentino: análises de indicadores de market-share**

A análise das importações argentinas revela certa semelhança entre as pautas de importação de produtos oriundos do Brasil e da China, no sentido de que os principais bens importados de ambos os países são manufaturados. Dos 25 principais produtos importados do Brasil, 13 configuram entre os 25 produtos mais importados da China.

Entretanto, afirmar, a partir disso, que a pauta de importação se assemelha ou converge para tal é de extrema dificuldade, uma vez que não foi, e nem será, realizada uma análise empírica sobre o assunto. Sarti e Hiratuka (2007) revelam, no entanto, que apesar das exportações brasileiras serem menos semelhantes que a da China com outros países mais desenvolvidos, como EUA e União Europeia, a evolução do “indicador de similaridade” apresentado em seus trabalhos indica uma convergência das pautas de exportação dos dois países nos diversos mercados analisados, evidenciando aumento da concorrência entre ambos.

O acirramento da competitividade também pode ser observado através do market-share. Assim, como mencionado na metodologia deste capítulo, a análise da concorrência entre Brasil e China no mercado argentino será realizada através da avaliação da evolução de tais indicadores de ambos os países.

Ao selecionar os 25 principais produtos que a Argentina importa do Brasil, notamos que apenas dois não são produtos manufaturados, a saber: “Minérios, escórias e cinzas” e “Carne e miudezas comestíveis”, os quais representaram, respectivamente, apenas 4,8% e 0,6% do total importado pela Argentina do Brasil em 2010, ocupando, assim, a sexta e a vigésima segunda posição no ranking dos principais produtos importados. Assim, esta análise limitar-se-á apenas aos 23 produtos mais importados, todos manufaturados.

As tabelas a seguir mostram o market-share dos produtos brasileiros e chineses no total das importações argentinas para cada produto específico daqueles selecionados, como mencionado anteriormente.

Tabela 7: Market-share dos principais produtos manufaturados brasileiros no total das importações argentinas de cada respectiva categoria de produto (%).

<b>Descrição do produto</b>	<b>2001</b>	<b>2005</b>	<b>2010</b>
Veículos, exceto elétricos e ferroviários.	40,2	69,1	62,2
Máquinas, reatores nucleares, caldeiras, etc.	18,7	25,7	22,8
Elétricos, equipamentos eletrônicos.	17,2	34,2	19,2
Aço e ferro	52,9	56,5	61,6
Plásticos e artigos de plástico	28,6	43,4	35,9
Papel, papelão, cartão e artigos de celulose.	41,8	47,3	44,8
Borracha e artigos de borracha	33,3	38,9	37,4
Químicos orgânicos	11,5	22,6	14,5
Diversos produtos químicos	21,2	28,8	27,6
Aeronaves e veículos espaciais, e suas partes	0,7	0,5	24,1
Produtos químicos inorgânicos, compostos de metais preciosos, isótopos	45,4	49,0	37,0
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	71,4	67,5	54,2
Óleos essenciais, perfumes, cosméticos, produtos de higiene	20,0	46,1	42,1
Artigos de aço e ferro	36,5	41,3	22,0
Cacau e suas preparações	80,9	91,3	80,9
Aparelhos ópticos, fotos, técnicos, médicos, etc.	10,1	11,1	12,2
Mobiliário, iluminação, sinalização, construções pré-fabricadas	42,5	38,5	35,1
Combustíveis minerais, óleos, produtos destilados, etc.	17,0	16,2	3,2
Sabões, lubrificantes, ceras, velas, pastas para modelar	25,8	36,0	39,9
Produtos farmacêuticos	13,1	12,8	7,7
Vidros e artigos de vidro	36,8	40,9	40,1
Cobre e artigos de cobre	24,0	34,3	39,5
Alumínio e artigos de alumínio	49,8	46,7	38,6
<b>Média ponderada</b>	<b>24,9</b>	<b>37,6</b>	<b>31,8</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de Intracen.

Tabela 8: Market-share dos principais produtos manufaturados chineses no total das importações argentinas de cada respectiva categoria de produto (%).

<b>Descrição do produto</b>	<b>2001</b>	<b>2005</b>	<b>2010</b>
Veículos, exceto elétricos e ferroviários.	2,6	2,0	4,1
Máquinas, reatores nucleares, caldeiras, etc.	6,2	6,3	23,6
Elétricos, equipamentos eletrônicos.	8,3	8,7	31,4
Aço e ferro	2,4	8,4	2,5
Plásticos e artigos de plástico	2,9	2,9	8,6
Papel, papelão, cartão e artigos de celulose.	0,6	0,8	3,4
Borracha e artigos de borracha	3,4	5,0	5,5
Químicos orgânicos	6,3	10,7	22,5
Produtos químicos diversos	1,4	2,0	6,0
Aeronaves e veículos espaciais, e suas partes	0,0	10,8	0,0
Produtos químicos inorgânicos, compostos de metais preciosos, isótopos	6,3	6,5	10,8
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	14,6	14,9	22,2
Óleos essenciais, perfumes, cosméticos, produtos de higiene	0,6	0,4	1,2
Artigos de aço e ferro	3,9	5,3	12,7
Cacau e suas preparações	0,0	0,0	1,2
Aparelhos ópticos, fotos, técnicos, médicos, etc.	5,5	4,5	9,8
Mobiliário, iluminação, sinalização, construções pré-fabricadas	13,3	16,5	30,9
Combustíveis minerais, óleos, produtos destilados, etc.	0,0	2,0	0,0
Sabões, lubrificantes, ceras, velas, pastas para modelar	0,9	0,4	1,3
Produtos farmacêuticos	0,2	0,6	1,6
Vidros e artigos de vidro	4,9	7,0	13,8
Cobre e artigos de cobre	1,6	2,7	12,7
Alumínio e artigos de alumínio	0,5	1,5	8,0
<b>Média ponderada</b>	<b>4,7</b>	<b>5,4</b>	<b>13,1</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de Intracen.

As tabelas acima revelam que o market-share médio brasileiro foi superior ao chinês nos três anos analisados. Podemos facilmente identificar, ainda, que em 2001, o market-share brasileiro é maior que o chinês para todos os produtos listados acima, em 2005, apenas “Aeronaves e veículos espaciais, e suas partes” é menor, enquanto que em 2010, 3 são. Assim, um primeiro olhar sobre as tabelas poderiam levar o leitor a acreditar que, apesar da pequena piora nos indicadores, a situação do Brasil não é tão ruim e que a China não é um país tão ameaçador assim, como alguns gostam de afirmar.

Entretanto, quando aprofundamos a análise, identificamos discrepâncias que relevam e, de certa forma, quantificam o que tem significado o crescimento chinês nas últimas décadas e o que isso tem representado para o Brasil. Assim, a análise que se segue expõe os efeitos desse fenômeno para a indústria brasileira na última década, dividindo-a em dois períodos: 2001-2005 e 2005-2010.

Nesse sentido, quando atentamos para as importações provenientes do Brasil para o período 2001-2005, podemos observar que de todos os produtos selecionados, somente 3 deles apresentaram tendência de queda (“Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes”, “Mobiliário, iluminação, sinalização, construções pré-fabricadas” e “Alumínio e artigos de alumínio”), o que poderia indicar um desempenho satisfatório, uma vez que dos 23 produtos estudados, 16 tiveram aumento do market-share e 4 mantiveram a mesma porcentagem de participação.

Entretanto, quando olhamos para o desempenho chinês, este se revela ainda mais surpreendente. Para o mesmo período, as importações com origem no país asiático não apresentaram resultados negativos, sendo que de todos os produtos, 9 aumentaram o market-share e 14 mantiveram o mesmo nível de participação.

Assim, ao compararmos o desempenho dos dois países, podemos observar a crescente ameaça chinesa. Embora o Brasil tenha apresentado ganho de competitividade em 10 produtos, dentre eles os três principais da pauta de importação com origem brasileira (“Veículos, exceto elétricos e ferroviários”, “Máquinas, reatores nucleares, caldeiras, etc.” e “Elétricos, equipamentos eletrônicos”), 6 sofreram com a concorrência direta e 7 com a indireta.

A situação torna-se ainda mais crítica quando olhamos para o período mais recente, de 2005 a 2010. Como veremos a seguir, não só a análise do market-share, como também da concorrência, aponta para um crescente aumento dos produtos chineses na pauta de importação daquele que se coloca como o principal mercado de destino das importações brasileiras.

A análise da evolução do market-share brasileiro revela que 17 dos 23 produtos selecionados apresentaram redução em relação ao período anterior, enquanto 5 aumentaram e

1 manteve-se estável. É importante observar que, dentre aqueles 17 produtos que tiveram um pior desempenho, 3 vinham apresentando tendência de queda nas participações das importações argentinas, enquanto que os demais 14 haviam apresentado ganhos de market-share entre 2001 e 2005. O desempenho brasileiro foi, nesse sentido, muito pior para o período mais recente quando comparado ao anterior.

Em relação à China, podemos notar que 3 setores (“Aço e ferro”, “Aeronaves e veículos espaciais, e suas partes” e “Combustíveis minerais, óleos, produtos destilados, etc.”) apresentarem queda de market-share. Apesar de aparentar ser um cenário ruim, já que no período anterior não houve redução de tal indicador para nenhum dos produtos selecionados, é preciso atentar para o fato de que tais setores não são muito expressivos no total de importações provenientes da China (apenas 1,5%). Além disso, 16 produtos tiveram um aumento no market-share, em comparação a apenas 9 no período anterior.

A comparação entre os dois países reforça a perda de competitividade do Brasil em relação à China. Para os 23 produtos analisados, o Brasil obteve ganho de competitividade em apenas dois: “Aço e ferro” e “Aeronaves e veículos espaciais, e suas partes”. Os demais 21 produtos foram vítimas da concorrência direta (17) ou indireta (3), ou ainda, perdeu competitividade para outros países, como no caso de “Combustíveis minerais, óleos, produtos destilados, etc.”, cuja queda na participação foi menor que a chinesa, eliminando a possibilidade de concorrência entre ambos os países.

O ganho de espaço no mercado argentino dos produtos chineses frente aos brasileiros pode ser observado, ainda, pela comparação do market-share médio de ambos os países. Enquanto o Brasil ganha competitividade no primeiro período analisado, sofre com a concorrência direta para os anos entre 2005-2010, revelando o excelente desempenho da China comparativamente ao do Brasil.

Tabela 9. Variação do market-share do Brasil e China para os períodos 2001-2005 e 2005-2010 (%).

Descrição do produto	Variação do market-share (%)			
	China		Brasil	
	01 - 05	05 - 10	01 - 05	05 - 10
Veículos, exceto elétricos e ferroviários.	-22,6	104,2	72,0	-9,9
Máquinas, reatores nucleares, caldeiras, etc.	1,3	273,8	37,7	-11,1
Elétricos, equipamentos eletrônicos.	4,0	261,8	98,7	-43,9
Aço e ferro	255,7	-70,6	6,9	9,1
Plásticos e artigos de plástico	2,4	194,8	52,1	-17,4
Papel, papelão, cartão e artigos de celulose.	28,7	345,7	13,3	-5,4
Borracha e artigos de borracha	46,1	10,0	16,9	-4,0
Químicos orgânicos	71,1	110,6	96,9	-36,0
Diversos produtos químicos	41,8	199,0	35,5	-3,9
Aeronaves e veículos espaciais, e suas partes	516509,9	-100,0	-38,8	5227,0
Produtos químicos inorgânicos, compostos de metais preciosos, isótopos	3,2	66,5	8,0	-24,6
Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	2,4	48,7	-5,5	-19,7
Óleos essenciais, perfumes, cosméticos, produtos de higiene	-22,0	165,7	130,2	-8,7
Artigos de aço e ferro	34,1	141,1	13,1	-46,7
Cacau e suas preparações	N/A	N/A	12,9	-11,4
Aparelhos ópticos, fotos, técnicos, médicos, etc.	-18,0	116,8	9,9	10,0
Mobiliário, iluminação, sinalização, construções pré-fabricadas	23,4	87,4	-9,6	-8,8
Combustíveis minerais, óleos, produtos destilados, etc.	9431,3	-97,7	-5,0	-80,2
Sabões, lubrificantes, ceras, velas, pastas para modelar	-52,6	213,0	39,7	10,9
Produtos farmacêuticos	158,1	148,7	-1,9	-40,4
Vidros e artigos de vidro	44,9	95,8	11,4	-2,1
Cobre e artigos de cobre	70,2	373,1	42,9	15,1
Alumínio e artigos de alumínio	199,5	440,3	-6,2	-17,3
Variação média	15,1	143,9	51,1	-15,5

Fonte: Elaboração própria a partir de Intracen.

O país perdeu competitividade inclusive naqueles setores em que figurava como principal fornecedor. No caso de “Veículos, exceto elétricos e ferroviários”, apesar de ter sofrido com a concorrência direta, com uma redução na participação do total importado pela Argentina, contra um crescimento de 104,2% do market-share chinês, sua participação não

chega perto da brasileira (62,2% contra 4,1% no total das importações argentinas). Entretanto, para “Máquinas, reatores nucleares, caldeiras, etc.” e “Equipamentos elétricos e eletrônicos”, a perda de competitividade resultou em uma inversão de posições. Em relação ao primeiro, enquanto o Brasil foi responsável por 25,7% do total importado pela Argentina no ano de 2005, contra apenas 6,3% de produtos chineses, em 2010 fomos ultrapassados pela China, que com um espetacular incremento de 273,8% do market-share passa a responder por 23,6%, contra 22,8% de nossos produtos. Para o segundo, o Brasil, que em 2005 representava 34,2% das importações argentinas, passa a representar apenas 19,2% em 2010, enquanto que a China, devido ao admirável crescimento de 261,8% de seu market-share, sai de um patamar de 8,7% para 31,4%, ultrapassando em muito sua participação em relação à representatividade dos produtos brasileiros. Na classificação geral, enquanto o Brasil manteve suas posições (primeiro e segundo lugares para os dois últimos produtos), a China subiu da décima primeira posição para a quarta, e alcançou o primeiro lugar para os dois últimos produtos.

O mesmo pode ser observado para produtos “Químicos e orgânicos”. Já para os demais em que se observou perda de competitividade, o Brasil continuou a figurar como maior fornecedor que a China, como mencionado no início dessa sessão – o que não pode ser utilizado como um bom argumento para sustentar a ideia de um desempenho satisfatório, dado o exposto acima.

Além disso, podemos notar que alguns setores foram muito mais afetados pela concorrência chinesa que outros. Os setores de “Elétricos, equipamentos eletrônicos”, “Artigos de aço e ferro” e “Produtos farmacêuticos” foram os que apresentaram maior redução de market-share no período 2005-2010: -43,9%, -46,7% e -40,4%, respectivamente.

É interessante observar, ainda, um fenômeno que há tempos vem sendo discutido quando o assunto é comércio internacional e relações entre Brasil e China: a crescente importação de minérios brasileiros pelo país asiático, o qual os transforma em produtos acabados e exporta para o Brasil e demais países do mundo.

Nesse sentido, através dos dados apresentados é possível notar que, para o período mais recente em análise, o Brasil obteve um pequeno ganho de competitividade em produtos de “Aço e ferro” (9,1% de aumento do market-share contra uma redução de 70,6% do mesmo

indicador chinês), mas perdeu em “Artigos de aço e ferro” (redução de 46,7% do market-share contra um aumento de 141,1% da participação chinesa nas importações argentinas), corroborando a tese de que a China tem ganhado espaço no comércio de produtos de maior valor agregado, “relegando” a países como o Brasil o papel de fornecedores de insumo para a sua grande máquina industrial.

Fica evidente, portanto, a crescente perda de competitividade do Brasil frente à China, seja em termos quantitativos (em relação à quantidade exportada) ou qualitativos (em relação ao conteúdo exportado). Não tão clara, no entanto, são as causas dessa tendência.

É fato que os dados apresentados acima não permitem concluir sobre os motivos que teriam levado a esse processo. Mas isso não nos impede de lançarmos algumas suposições baseadas nos acontecimentos mais recentes. Assim, se por um lado as políticas industriais e macroeconômicas chinesas de incentivo ao aumento da produtividade e exportação, como a manutenção da moeda chinesa desvalorizada, bem como sua entrada na OMC em 2001, contribuíram para aumentar sua competitividade e participação no comércio internacional, de outro, a valorização do real a partir de 2006 e o crescimento do mercado interno brasileiro afetaram de forma negativa o crescimento das mesmas, podendo ter sido causas da perda de competitividade do Brasil e do conseqüente fraco desempenho no mercado argentino, principalmente no segundo período analisado.

## Capítulo 4 – Conclusão

A decadência da China no início do século passado trouxe a percepção à elite política chinesa de que era necessário mudar o curso dos acontecimentos caso o país quisesse reverter a situação de atraso em que se encontrava. A ascensão do PCC ao governo estabeleceu um novo padrão de produção e acumulação com o intuito de levar o país a se tornar, novamente, uma potência. As medidas adotadas revelaram, ao mundo Ocidental, a capacidade chinesa em definir metas e traçar objetivos para alcançá-los. Assim, a história político-econômica recente da China é a história do planejamento estatal voltado para o crescimento e desenvolvimento da sociedade chinesa.

Através de uma forte política industrial e macroeconômica, que incluía, dentre tantas medidas, a formação de mão de obra qualificada, a manutenção do Yuan desvalorizado, isenção fiscal e subsídio para setores industriais considerados estratégicos, o país conseguiu elevar a competitividade de seus produtos, aumentar sua participação no comércio internacional e promover a industrialização de sua economia.

Favorecido, ainda, pelo contexto econômico e político internacional, de regionalização asiática e reestruturação das grandes empresas transnacionais, o país entrou em cena na economia mundial através de um padrão de inserção pautada em produtos manufaturados, tornando-se uma grande ameaça para os demais países industrializados.

O notável crescimento chinês trouxe, assim, a preocupação e a necessidade de atentarmos para o aumento da concorrência entre Brasil e China. Para tanto, limitou-se o estudo dos efeitos desse fenômeno dentro do mercado interno, dado a importância do mesmo para a produção industrial, como dentro do mercado argentino, o mais importante comprador de nossos produtos manufaturados.

Nesse contexto, em relação aos resultados encontrados para a análise da competitividade dentro do mercado interno, é possível afirmar que, apesar dos resultados “positivos” entre 2001 e 2007, período em que não houve aumento do coeficiente de penetração das importações, revelando que o país não sofreu redução da produção nacional

em decorrência do total importado, é preciso atentar para o fato de que continuamos a perder competitividade frente aos produtos chineses durante todo o período analisado (2001-2010), quadro, este, que se agrava a partir de 2007.

De fato, o melhor desempenho da China, em termos de aumento da participação dos produtos chineses no mercado doméstico, ocorreu no segundo período analisado (2005-2010).

Fica claro, ainda, que o Brasil importa cada vez mais produtos de alta intensidade tecnológica da China, enquanto exporta apenas produtos de baixa intensidade tecnológica e baixo valor agregado, essencialmente commodities. Os dados apresentados corroboram o aumento da participação dos produtos chineses no consumo aparente nacional, principalmente em relação aos produtos de maior intensidade tecnológica – categoria que apresentou maior aumento do coeficiente de penetração de importação –, bem como a assimetria existente no comércio bilateral entre os dois países.

Assim, apesar do aumento da competitividade chinesa dentro do mercado interno já ser sentida por alguns setores da economia, como o de calçados e vestuário, desde o início do processo de abertura comercial, tudo indica que, se continuar a tendência que tem se observado até o presente momento, outros setores passarão a sentir de forma mais intensa os efeitos da concorrência chinesa. Nesse sentido, é expressiva a perda de competitividade dos produtos de alta intensidade tecnológica.

Em relação aos efeitos do aumento da concorrência chinesa no mercado argentino, os dados revelam que o desempenho do Brasil aparenta, em uma primeira análise, ter sido bom, devido aos ganhos de participação em alguns setores e à permanência como um dos principais, se não o principal, fornecedor de produtos manufaturados para a Argentina. Uma análise mais detalhada do crescimento do market-share revela, no entanto, outro cenário: o país apresentou resultados ruins quando comparado ao desempenho chinês.

O crescente aumento da participação de produtos manufaturados provenientes da China trouxe, como consequência, a concretização da ameaça à economia e indústria nacional, visível na perda de participação do Brasil na pauta de importação da Argentina, seja

de forma direta, ou indireta. Em outras palavras, os produtos brasileiros vêm perdendo espaço para os chineses com o aumento da concorrência entre ambos.

O desempenho chinês foi, inclusive, muito melhor que o brasileiro para o segundo período estudado: enquanto o Brasil ganha competitividade entre 2001 e 2005, sofre com a concorrência direta entre 2005-2010.

Assim, apesar dos acordos firmados no âmbito do Mercosul, que conferem, de certo modo, alguma proteção aos produtos brasileiros em seu principal mercado, a Argentina, é notável a crescente inserção da China e o acirramento e a intensificação da concorrência com a mesma em produtos manufaturados.

Tendo em vista a crescente perda de competitividade do Brasil em relação à China tanto no mercado interno como no mercado argentino, torna-se inevitável pensar as consequências disso sobre a indústria nacional. Foge, entretanto, ao escopo desse trabalho discutir e explicitar tais assuntos, bem como as medidas cabíveis para reverter a tendência de aumento da concorrência entre ambos os países.

Cabe, por fim, salientar que este trabalho não tinha por objetivo alertar sobre a ameaça chinesa como uma tendência ruim, apesar dos possíveis efeitos negativos que traz para a economia brasileira. Muito pelo contrário, o interesse era o de tão somente estudar a consequência do crescimento da China nos últimos anos para a economia brasileira, através da análise de indicadores de competitividade entre as indústrias desses mesmos países.

## **Anexo A – Importações brasileiras provenientes da China (em milhares de USD)**

<b>Produtos</b>	<b>2010</b>
Total	25.535.684
Elétricos, equipamentos eletrônicos	7.978.999
Máquinas, reatores nucleares, caldeiras, etc.	5.613.209
Químicos orgânicos	1.282.072
Veículos, exceto elétricos e ferroviários	674.679
Aço e ferro	1.203.004
Artigos de aço e ferro	644.748
Aparelhos ópticos, fotográficos, técnicos, médicos, etc.	915.745
Plásticos e artigos de plástico	513.410
Artigos de vestuário, acessórios, exceto tricô ou crochê	424.638
Brinquedos, jogos, artigos de esporte	419.253

Fonte: Elaboração própria a partir de Intracen.

## **Anexo B – Exportações brasileiras para a China (em milhares de USD)**

<b>Produtos</b>	<b>2010</b>
Total	30.752.356
Minérios, escórias e cinzas	13.625.893
Oleaginosas, frutas oleaginosas, grãos, sementes, frutos, etc.	7.133.713
Combustíveis minerais, óleos, produtos destilados, etc.	4.053.876
Polpa de madeira, material celulósico fibroso, resíduos, etc.	1.126.181
Açúcares e produtos de confeitaria	515.009
Animais, gorduras e óleos vegetais, produtos de clivagem, etc	813.585
Aço e ferro	566.749
Aeronaves e veículos espaciais, e suas partes	376.372
Algodão	140.274
Carnes e miudezas comestíveis	225.201

Fonte: Elaboração própria a partir de Intracen.

## Bibliografia

Aliceweb

Almeida, J. S. G. e Carneiro, R. M. (2010). **Projeto de estudos sobre as perspectivas da indústria financeira brasileira e o papel dos bancos públicos**. BNDES/Fecamp. Campinas, agosto de 2009

Bando Central do Brasil

Banco Mundial

Coutinho, L.; Sarti, F. **A integração das políticas industrial, tecnológicas e de comércio exterior**. In Velloso, J. P. R. **Governo Lula: novas prioridades e desenvolvimento sustentado**. J. Olympio, Rio de Janeiro, 2003, [XV Fórum Nacional, 2003]

Cunha, A. M. e Acioly, L. **China: ascensão à condição de potência global – características e implicações** in Cardoso Jr, J.C.; Acioly, L.; Matijascic, M. **Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas**. Livro 2. IPEA. Brasília, 2009.

FUNCEX (2008). Boletim de Comércio Exterior. Vários Números

Hobsbawn, E. J. **A era dos extremos**. Editora Companhia das Letras, 2008.

IBGE (2007). Pesquisa Industrial Anual. Tabela 1986 - Estrutura do valor da transformação industrial das empresas industriais, segundo o grupo de atividades. [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

IBGE. Pesquisa Industrial Mensal Produção Física - Índices Especiais de Categoria de Uso por Atividade. Notas metodológicas

INTRACEN: Trade Map – acessado em 12/9/2012

IPEADATA

Machado, J. B. M.; Ferraz, G. T. **Comércio externo da China: Efeitos sobre as exportações brasileiras**. Texto para discussão n. 1182. IPEA. Brasília, maio de 2006.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – acessado em 20/10/2012

Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China – <http://www.fmprc.gov.cn> – acessado em 8/9/2012.

Nonnenberg, M. B.; Levy, P.M.; Negri, F.; Costa, K. P. **O crescimento econômico e a competitividade chinesa**. Texto para discussão n.1333. IPEA. Rio de Janeiro, abril de 2008.

Puga, F. (2008). **Importação mostra que problemas na indústria são localizados**. BNDES. Visão do Desenvolvimento n° 48

Revista Conjuntura Econômica

Sampaio Jr., P. A. **Brasil e China** – estratégias antípodas de participação na globalização dos negócios.

Sarti, F. e Hiratuka, C. **Ameaça das exportações chinesas nos mercados de exportações de manufaturados do Brasil**. Boletim NEIT, n 10, dezembro de 2007.

Sarti, F. e Hiratuka, C. **Indústria mundial**: mudanças e tendências recentes. Texto para discussão. IE/UNICAMP, n 186, dezembro de 2010.

UNIDO. **Industrial Development Report 2011**. Industrial energy efficiency for sustainable wealth creation – capturing environmental, economic and social dividends.